

A DEFESA NACIONAL

— REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES —

DIRECTOR-PRESIDENTE :

Alcides de Mendonça Lima Filho

SECRETARIO :

Aluizio de M. Mendes

GERENTE :

Armando Baptista Gonçalves

Anno XXV

Brasil - Rio de Janeiro, Julho de 1938

N.º 290

“Todo cidadão tem o direito de manifestar o seu pensamento, oralmente, por escrito, impresso ou por imagens, mediante as condições e nos limites prescritos em lei”. (N.º 15, art. 122 da Constituição Federal de 10 de Novembro de 1937).

SUMMARIO

	Pag.
General Derougemont — <i>A. M. M.</i>	3

LITTERATURA — HISTORIA — GEOGRAFIA — CIÊNCIAS

Nossas guerras externas e obras que as enaltecem. — Um apêlo para reedição de tais obras — Cap. <i>Newton Franklin do Nascimento.</i>	7
As campanhas da Italia — Capitães <i>Nelson de Carvalho e Alexinio Bittencourt</i>	13

SECÇÃO DE TÁTICA GERAL

Conselhos em doses homeopáticas e humorísticas para os que se iniciam no terreno árido da Tática - Cel. <i>XX</i>	25
---	----

SECÇÃO DE INFANTARIA

Infantaria poderosa e motorizada — Cmte. <i>Drumillon</i>	27
A manobra do pelotão — 1.º Tenente <i>Murilo Borges Moreira</i>	49

SECÇÃO DE AVIAÇÃO

Nosso futuro está no ar — Tradução — Ten. Cel. *A. S. M. Ararigboia*

SECÇÃO TÉCNICA INDUSTRIAL

Um rápido estudo (subsídio) sobre o F. M. modelo brasileiro, 1932 — 1.º Ten. *José Rubens Botelli*

SECÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

O alcance militar e esportivo da alcalinização artificial
Cap. Dr. *Ervin Wollfeubutel*

NOTICIARIO E VARIEDADES

Os arrendamentos de terra na fronteira — Dr. *Moura Carneiro*

Auto de fé — Ten. *Albino Alvares*

Portaria n.º 67-A de 31 de Março de 1938

A vocação militar — Cadete *Otávio Alves Velho*

A desordem



AVISO IMPORTANTÍSSIMO

A redação não assume a responsabilidade de artigos devidamente assinados e sómente censura tais artigos, quando conttenham ataques pessoais ou átos flagrante indisciplina. Dentro da lei e dos regulamentos a "A Defesa Nacional" é tribuna livre para todos assuntos que interessem a defesa da Pátria.

O GENERAL DEROUGEMONT

Embora Deus e a natureza tenham feito todos os homens iguais, a vaidade humana nunca poudé tolerar, nem tão pouco suportar, semelhante igualdade. No gigantesco tumulto da existência, debatem-se febrilmente todos os homens, durante o transcorrer da nossa acidentada vida, afim de sobressairmos — pelo relevo que nos trazem os encargos e emprêgos — da mediania comum e pouco mais ou menos distinguirmo-nos uns dos outros.

Apesar de todos os pesares, nascemos todos iguais, e, no decorrer da existência diferenciarmo-nos apenas uns dos outros pelos nossos átos de valor ou de desprimor; depois... vem a morte generosa e bôa, piedosamente nivelar tudo de novo, confundindo-nos todos indistintamente nêsse abismo infinito do nada, onde não mais distinguiremos nem grandes nem pequenos, ricos nem pobres, nem reis nem principes, nem êsses augustos personagens que formam, de um lado, o séquito brilhante da Vida e, de outro, a coôrte indefinida dos miseráveis.

Semelhantes aos portentosos cursos d'agua que sempre promanam da mesma pequenina fonte de vida, de luz e de beleza, tais como todos os rios que invariavelmente seguem o mesmo inexorável destino: nascem, crescem, avolumam-se até atingirem, por vezes, proporções incríveis, lá se vão todos — pequenos e caudalosos rios — de quéda em quéda, driblando cascalhos e rochedos, chocando-se aqui e ali, confundirem-se todos indistintamente no imenso e revoltó oceano. Assim também os homens... Pensando ingenuamente que sobem, rolam, de tropeço em tropeço, pela árida e dificultosa estrada da vida e vão, de quéda em quéda, cairem também no silencioso oceano da morte.

Os que foram bons, os que foram úteis, lá ficarão no

remanso infinito do nada, na tranquilidade profunda da paz e da refrescante felicidade...

Praza aos céus que Derougemont, êsse imenso manancial de ação e de saber, o grande e inolvidável soldado francês, repouse em plena paz, no seio profundo da morte, confundido, na mansão dos bons, entre os grandes e nobres espiritos.

Em vida, Derougemont distinguiu-se do comum dos mortais por um conjunto de raras qualidades que o fizeram primo inter pares. Era, com efeito, uma verdadeira superioridade intelectual e moral, um verdadeiro valor. Valor pela exuberancia de seu físico, valor pelo caracter e inteligência, valor pelo devotamento. Era em tudo o que se poderia chamar "um consagrado". Dêle, o prestígio irradiava naturalmente sem esforço nem afetação.

Aqui — entre nós — o General Louis Joseph Maurice Derougemont foi uma expressão e um simbolo. Expressão de inteligente retidão, simbolo da mais perfeita e completa inteireza moral.

O que o Exército Brasileiro lhe deve é insaldável.

Foi o nosso grande mestre e um dos nossos primeiros instrutores.

Creio que a recompensa que êle buscou com a sua obra foi tê-la feito, e a do seu esforço foi apenas tê-lo engrandecido.

Diretor de ensino de rara competência, professor de tática de dons invulgares, historiador, conferencista primoroso, poliglota e, para cúmulo de feliz coincidência, era homem de ação de notável tenacidade.

Quando Derougemont falava ou escrevia, visava acima de tudo ser bem compreendido por todos, apesar de toda a sua sobriedade e de todo o seu lacônico estilo de precisão e rispidez; êle procurava sempre falar alto e nítido, pausadamente; esforçava-se por atingir em todos, tudo o que é

em nós, direta ou indiretamente, órgão de beleza e de verdade. Era homem pela inteligência e estilo pelo pensamento — estilo completo — semelhante ao que procura atingir todas as almas e todas as faculdades da alma.

Era um pensador. De fato, êle pensava porque sómente concebia o real; escrevia a verdade, segundo o seu pensamento, porque sómente revelava o que existia.

Consoante a definição celebre, Derougemont fôra uma "inteligência servida por órgãos". Com efeito, êle era todo inteiro: verdade, individualidade e simplicidade. Era um homem acabado.

Chefe justo, que se julgava sempre com direito incontestado de ser escutado e obedecido.

Não faço o elogio fúnebre do General Derougemont. Faltam-me para tanto o que sobra em muitos: dons e dados. Sobre a sua brilhantíssima vida de cidadão e de soldado possuo apenas poucas notícias. Ei-las. O seu simples enunciado constitue o mais tocante dos panegíricos:

"Nascido em 1880, entrou em St. Cyr em 1898, donde sai 2.^o Tenente em Outubro de 1900.

"Por ocasião da declaração da guerra — em 2 de Agosto de 1914 — era Capitão.

"Como Capitão toma parte em todas as grandes operações da Guerra Mundial.

"Nomeado Chefe de Batalhão em 24 de Junho de 1916, serve num estado-maior de Divisão; depois passa a comandar uma Meia Brigada de Caçadores a pé.

"Cavaleiro da Legião de Honra em 10 de Julho de 1917.

"Designado para fazer parte da Missão Militar Francesa no Brasil, chega ao Rio de Janeiro em 30 de Novembro de 1919.

"Assume então a Direção de estudos da Escola do Estado Maior onde simultaneamente professa os Cursos

de Tática Geral, de História Militar e dos Serviços de Estado Maior.

“Ocupa esse posto até a sua partida definitiva para a França em fins de 1927.

“É promovido a Tenente-Coronel em 25 de Junho de 1926.

“Em França, após ter feito seu tempo de comando, é classificado na Direção de Infantaria onde é mantido até a data de sua honrosa promoção, em 1936, ao posto de General de Brigada.

“Assume então o Comando de uma Infantaria Divisionaria, em Bordeaux, onde a morte vem finalmente surpreendê-lo.

“Oficial da Legião de Honra.

“Cruz de Guerra.

“Mérito Militar Brasileiro.

“Cruzeiro do Sul,

e grande número de outras brilhantes condecorações ornavam o seu soberbo peito de heróe e patriota”.

* * *

Ha certas personalidades na vida — sobretudo aquelas que eu admiro — que me parecem sémelhantes a uma chama viva e brilhante, que alumia sem fumaça e sem deixar escórias, que queima sem que dela nada se perca e onde nada é impuro. Mortas, elas continuam cintilando tal qual a luz das estrelas, que a gente só a sente depois que o astro cái no ocáso.

* * *

A “A Defesa Nacional” inclina-se reverentemente diante dos despojos mortais do Snr. General Derougemont e respeitosa, rende-lhe justa e merecida homenagem.

Saudades.

A. M. M.

LITERATURA · HISTORIA GEOGRAPHIA · SCIENCIA

Nossas guerras externas e obras que as enaltécem - Um apêlo para reedição de tais obras

Cap. Newton Franklin do Nascimento

A-pezar das épocas em que foram travadas, não obstante as circunstâncias singulares de que se revestiram, mesmo assim, já vem de longe o estudo sistemático de nossas campanhas externas, isto é, estudo empreendido à luz dos principios e regras da arte da guerra aconselhados e praticados pelos grandes capitães. Tanto isso é verdade, que por volta de 1870, um official pertencente ao Estado-Maior do Exército Francês, THÉODORE FIX, publicou importante livro — LA GUERRE DU PARAGUAY — destinado a esclarecer a confusão e obscuridade então reinantes a-cêrca do conflito que ensanguentou, por cinco anos, o sólo sul-americano. O livro foi traçado dentro dum quadro esclarecendo tanto as causas da guerra como suas consequências, de molde a apresentar, em ordem, os principais feitos d'armas desenrolados deste lado do ATLÂNTICO, consoante os desejos do proprio autor, expressos na advertência à sua obra. Vê-se, por aí, que o escritor em aprêço procurou encarar os tópicos essenciaes exigidos para o estudo sistemático duma campanha. E, obediente ao plano esboçado, encarou a organização dos beligerantes, tanto militar como política; prescruou as origens da guerra — remotas e recentes, reais e aparentes; analisou o teatro da guerra e os planos concebidos nas suas diferentes fases, bem como o desenvolvimento geral das operações, que sofreram, de resto, as consequências dos fatores acima enumerados. Para organizar a obra, THÉODORE FIX serviu-se de uma série

de artigos publicados na ALEMANHA, em 1869, por LUIZ SCHNEIDER, conselheiro íntimo e leitor particular do rei da PRUSSIA. Por seu turno, SCHNEIDER se utilizára de documentos fornecidos pelo barão de VERSEN, oficial superior do Estado-Maior prussiano. O barão de VERSEN estivera na AMÉRICA DO SUL para acompanhar, de perto, o desenrolar dos acontecimentos.

E' pena que as obras de THÉODORE FIX e de SCHNEIDER já se tenham esgotado de ha muito. Seria interessante e útil pô-las de novo ao alcance de todos, para que os oficiais do Exército brasileiro vissem nelas a descrição desapassionada, verídica e elegante dos acontecimentos, feita há quasi setenta anos por estrangeiros! A obra de SCHNEIDER, começada a reeditar-se anos atrás, não foi no entretanto concluída, o que é devéras para lamentar-se.

Modernamente, nossas guerras externas, travadas no advento do Império, já foram estudadas debaixo dum critério técnico-militar assás apropriado; dessa tarefa incumbiram-se, não faz muito, o Exmo. Gen. TASSO FRAGOSO e o então Cap. GENSERICO DE VASCONCELOS. Mas, apesar disso, as guerras que travamos no sul ainda sofrem, por vezes, severas contestações, mormente no seio de certos elementos demolidores que, para se exaltarem, primam em destruir tudo o que não lhes pertence.

Mas, os que assim procedem não têm razão. Nossas guerras externas, embora travadas já faz muito tempo, são ricas de brilhantes ensinamentos técnicos, táticos e estratégicos e obedeceram aos princípios da arte da guerra.

Tanto assim, quando o BRASIL teve de enfrentar e resolver o problema imposto por ORIBE e ROSAS, nossas instituições militares — EXÉRCITO e MARINHA — atravessaram notável período de desenvolvimento e prestígio, de tal sorte, que foi possível encarar com segurança

todos os aspectos do problema, que comportou, como é sabido, duas fases distintas:

1.^a — operação na BANDA ORIENTAL, contra ORIBE;

2.^a — idem na REPÚBLICA ARGENTINA, contra ROSAS.

O sistema empregado para a reunião inicial das nossas forças, nas duas fases da campanha foi impecável e baseou-se nos mesmos processos aconselhados por NAPOLEÃO a seus capitães, conforme se depreende do seguinte princípio exposto pelo grande general: “E” preferível executar tres ou quatro etapas de marchas a mais, para reunir as colunas à retaguarda e longe do inimigo, a fazer-se a concentração em suas proximidades”.

Assim procedendo, depois da reunião em SANT’ANA e JAGUARÃO, seguiu-se o grande movimento de CAXIAS através do territorio Uruguaio, cobrindo-se cêrca de 500 km. em 30 dias! Pois bem, ao apreciar esse belo e memoravel movimento, o Estado-Maior argentino taxou-o de TARDO E COMPASSADO... Mas, nossos vizinhos se esquecem que bastou apenas a presença de tais forças para decidir a sorte da primeira fase da campanha. ORIBE rendeu-se simplesmente diante da aproximação do grosso comandado por CAXIAS.

Como também se sabe, durante a segunda fase da campanha, CAXIAS conservou-se na BANDA ORIENTAL, em posição de expectativa estratégica, juntamente com o grosso das forças brasileiras, mas na batalha de CASEROS que decidiu em definitivo da sorte desta fase da guerra, cooperou decisivamente uma divisão brasileira ao mando de MARQUES DE SOUZA. Da mesma fórma, ao apreciar o papel dessa divisão, o Estado-Maior argentino negou-lhe a AÇÃO PRINCIPAL representada na jornada do dia 3 de Fevereiro de 1852. Isso não é verdade, pois já ficou

sobejamente provado o contrário pelo exame das partes de combate, exame procedido ultimamente por abalisados escritores militares, notadamente o Cap. GENSERICO DE VASCONCELOS, cuja obra também já se acha esgotada. Por que não se providencia hoje em dia para sua reedição, pondo-a ao alcance de todas as bolsas e de todos os espiritos ávidos de conhecerem os feitos brilhantes de nossos antepassados?

CAXIAS não foi vítima de máus julgamentos sómente na guerra contra ORIBES e ROSAS. Quando êle assumiu, pela primeira vez, o comando supremo das fôrças aliadas na guerra contra os paraguais, muitos duvidaram, diante de sua idade, que ainda se encontrasse nêle a iniciativa e a energia que exigiam as circunstâncias críticas da situação (1). Mais tarde, quando empreendeu a construção da estrada do CHACO, para desbordar as resistências paraguaias, foi também alvo de crítica solerte, inclusive de madame LYNCH, a favorita de LOPES, a qual não acreditava no êxito da empresa. Nessa questão, CAXIAS teve mais tarde um grande defensor — o padre PINTO DE CAMPOS — cujo trabalho sôbre nosso grande general está em vias de ser reeditado. A obra do padre PINTO DE CAMPOS agrada sob todos os aspectos, sôbre tudo, pela pureza da linguagem e pela simplicidade do estilo. As novas gerações precisam conhecer seu conteúdo, que é, ao mesmo passo, um relicário de grandeza, de fé e de pureza patrióticas.

No final da guerra, os detratores de CAXIAS continuaram a alvejá-lo de longe, com as armas da perfídia e dos juizos apressados. Por essa ocasião, a prudência do grande chefe encontrou muitos difamadores. Achavam assás morosa sua ação...

Pretendiam os críticos malévolos que era necessário abandonar as guerrilhas, tratando-se de estabelecer logo

um govêrno provisório, antes mesmo de atingir ASSUNÇÃO. Porém, isso era mais fácil de dizer do que fazer e a continuação das resistências opostas por LOPES provaram mais uma vez, como das outras, que CAXIAS agiu sempre com o máximo discernimento e segurança.

E' mui facil promoverem-se juizos prematuros sôbre alguém, ou sôbre alguma coisa. O BRASIL e seus grandes vultos foram eternamente vitimas de julgamentos gratuitos ou temerários. Combater sem tréguas essa tendência perniciosa de duvidar de tudo aquilo que nos pertence, é obra que se impõe, nesta hora de soerguimento nacional. Para isso, as obras do Padre PINTO DE CAMPOS, de SCHNEIDER, THÉODORE FIX e de outros escritores eminentes, do presente ou do passado, precisam ser difundidas, por todos os meios, pois assim se contribuirá para elevar cada vez mais o bom nome do BRASIL, bem como o de seus illustres e imortais servidores, que o enobreceram tanto na paz como na guerra.

Urge defender e conservar o grande patrimonio moral, intelectual e material, legado por nossos antepassados e as obras que falam com veracidade e veemência dêsse patrimonio não podem ficar esquecidas, abandonadas, vilipendiadas, nos armários poeirentos de bibliotécas ignotas e pouco ou nada frequentadas.

Se volvermos os olhos para o passado encontraremos sempre muitos exemplos a serem imitados e muitos vultos dignos de nossa admiração e respeito. Alguns tiveram suas biografias traçadas com carinho por historiadores meticolosos e competentes. O MARQUEZ DE BARBACENA, por exemplo, teve sua vida e sua obra analisada detidamente por ANTONIO AUGUSTO DE AGUIAR, cujo trabalho poucos conhecem. Os generais do Exército brasileiro que serviram no período de 1802 a 1839 foram biografados por ALFREDO PRETEXTATO MACIEL DA SILVA em dois grossos volumes, obra cuja reedição se impõe hoje

em dia para aumentar-se, dessa fórma, a documentação sobre nossa história militar.

A obra do insigne major LADISLÁO DOS SANTOS TITÁRA — “MEMORIA DO GRANDE EXÉRCITO LIBERTADOR DO SUL DA AMÉRICA” — necessita resuscitar, afim de melhor divulgar a luta que travámos no sul de 1826 a 1828.

Para não ir mais longe, aqui fica nosso apêlo. Quanto ao modo de executar a tarefa, a titulo de sugestão, lembramos que os trabalhos deverão obedecer ao seguinte:

- 1.º) escolha das principais obras a serem reeditadas;
- 2.º) distribuição das mesmas por elementos civís ou militares, capazes de completá-las ou pô-las em dia;
- 3.º) barateamento das edições feitas, de modo a facilitar a aquisição das mesmas, por exemplo, mediante assinaturas mensais.

A Bibliotéca Militar, ao que se sabe, já começou a executar o trabalho. Oxalá o tenha brevemente concluido, são nossos votos.

E, para terminar, lembremos ainda que se impõe um serviço de divulgação de nossa História Militar, não só nas Escolas de formação de oficiais, mas também na Caserna, de Norte ao Sul do país, nos Quartéis, nas fôrças federais e nos das polícias militarizadas dos Estados, divulgação tão necessária na hora presente, em que se procura fortalecer cada vez mais a ideia da UNIDADE NACIONAL.

(1) “La guerre du Paraguay” — Théodore Fix.

As campanhas da Italia

(Cont. do n.º 284)

Pelos Capitães Nelson de Carvalho e Alexinio Bittencourt

2.ª EXPEDIÇÃO DE SOCORRO — WURMSER, DAVIDOVICH:

Após os sucessos que culminaram com a batalha de Castilione, Napoleão dispuzera suas forças nas posições anteriores, aguardando novos acontecimentos.

Na Alemanha, os francêses de Moreau progrediam, facilitados talvez pela remessa dos 30.000 homens que o Comd. Austriaco retirara daí para reforçar Wurmser, na 1.ª expedição.

Bonaparte, sabedor dêsse progresso, resolve pôr em execução o plano de Carnot, agora mais viável, de dar a mão ao exército de Moreau no Inn. ao mesmo tempo que, tomando a ofensiva no Tirol, iria impedir que os austriacos pudessem daí tirar reforços e os enviar ao exército da Alemanha.

A ofensiva resolvida, Insprock seria o ponto de junção dos dois exércitos, de Bonaparte e Moreau.

Plano francês: — Napoleão decidiu marchar para o N., por um e outro flanco do lago, reunir suas forças ao N. do lago e daí atacar na direção de Trento, cobrindo-se para L. (planície de Veneza) com as praças fortes de Verona e Legnago, na linha do Adige.

Seu dispositivo:

MASENA: em Rivoli, com 13.000 homens.

— deveria marchar pela margem direita do Adige em ligação com Augerau.

AUGERAU: — com 9.000 homens em Verona.

— deveria remontar o Adige pela margem esquerda

(L) até Roveredo, onde faria junção com Massena e Vaubois.

VAUBOIS: — e as divisões Sauret e Despinoi, com 9.000 homens em Salo:

— deveria subir o vale do Chiese (a O. do lago) e atingir Roveredo onde faria junção com Massena e Augerau.

KILMAINE — com 3.000 homens, cav., em Verona; patrulhas até Vicenza.

SAUCHET — substituindo Serurier, dirigia o cerco de Mantua.

Plano austriaco: — Wurmser, com a missão de libertar Mantua, tinha decidido descer do Tirol pelos vales do Adige e do Brenta, reunir suas colunas próximo de Verona e, repelindo os franceses, dirigir-se sobre Mantua afim de libertar sua guarnição.

— Em consequência, Wurmser com 25.000 h. desceria pelo Brenta.

— Davidovich, com 20.000 h. desceria pelo Adige.

— Meszaros faria a ligação entre os dois generais.

— As colunas principais deviam se reunir perto de Verona e marchar sobre Mantua.

As operações: — A 2 de Setembro as 3 colunas francesas se reuniam ao S. de Roveredo, onde Napoleão é informado da marcha de uma coluna austriaca de 20.000 h. em direção ao S. (era a coluna Davidovich).

A 3 Roveredo é ocupada pelos franceses e Davidovich que marchava também sobre esta vila chega desprevenida-mente às suas portas. Bate-se e é derrotado e perseguido até Trento, onde, a 5, é alcançado e desta vez destruído, pondo-se em fuga para o Tiról.

Em Trento Napoleão é imediatamente informado da marcha de Wurmser pelo Brenta e, cobrindo-se face ao N. com a divisão Vaubois contra uma possível incursão de

Davidovich, lança imediatamente todas as suas divisões ao seu encalço.

Wurmser ao ter noticia da derrota de seu tenente Davidovich e da ocupação de Trento por Bonaparte, viu diante de si a grande oportunidade de libertar a guarnição de Mantua, julgando de certo que Napoleão marcharia de lá para Insprock, afim de se reunir ao exército de Moreau.

Toma então o austriaco a direção de Vicenza, mas, suas colunas marchavam tão escalonadas que uma não teria tempo de socorrer a outra em caso de ataque. E foi o que se deu: a 6 Napoleão alcança Levico onde destroça uma coluna atrazada e a 7 uma retaguarda é batida em Primolano.

Wurmser decide então enfrentar os francêses; chama a si Meszaros e toma posição em Bassano, onde a 8, Napoleão o alcança e o bate, retirando-se o austriaco precipitadamente sobre Mantua, já agora única taboa de salvação, de vez que as retiradas estão cortadas.

Napoleão lança Augerau em suas pegadas e com Massena busca atingir-lhe o flanco. Os austriacos transpõem o Adige em Legnago e a 11 Massena ataca um de seus elementos em Cerea, depois de ter passado o rio em Arcole.

Wurmser ainda escapa com 12.000 h. e apesar de Sauchet, que sitiava Mantua, consegue ligar-se à guarnição da praça. Tenta uma sortida a 15, diante de S. Jorge, mas é batido e encerrado de uma vez dentro do forte.

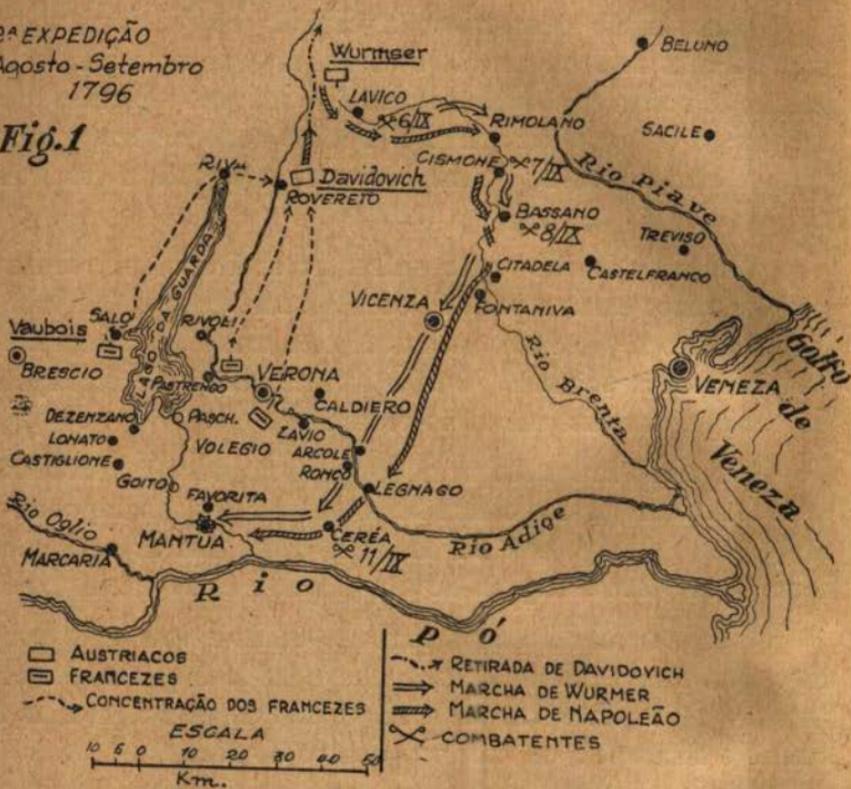
O sitio é restabelecido e desta vez Mantua encerra 25.000 austriacos e seu general Wurmser.

Comentário — Este capitulo da campanha da Italia mostra o que póde obter um general resoluto e capaz que não hesita em pedir às suas fôrças os maiores esforços e os

maiores sacrificios. Desde o inicio da ofensiva de Wurmsen, a 1.º de Setembro, até que este se refugiou em Mantua, a 15, o exército francês marchou cerca de 300 kms., travou e venceu 5 combates e uma batalha importante. Na guerra é preciso pedir às forças o máximo de rendimento que elas podem dar, porque só isso pôde conduzir aos grandes resultados". (1)

2ª EXPEDIÇÃO
Agosto - Setembro
1796

Fig.1



(1) Transcrito das "Lições de Historia Militar" de autoria do Coronel Mario Clementino de Carvalho.

3.^a EXPEDIÇÃO DE SOCORRO: — ALVINZI — DAVIDOVICH

Desta vez os austriacos que operavam na Alemanha do Sul tinham conseguido do Arquiduque Carlos, notável sucesso sôbre as fôrças de Moreau e Jourdan.

A Austria pôde assim organizar um novo exército de cerca de 50.000 h. que desde Outubro se concentrava no Tiról, às ordens de Alvinzi, — com o fim ainda de libertar a guarnição da praça de Mantua, agora com 25.000 homens.

Por seu lado, Napoleão tinha as suas fôrças bastante gastas, pela fadiga, pelas baixas e pela doença. Seus constantes pedidos de reforços não eram atendidos. Seus efetivos orçavam pelos 48.000 homens, dos quais 28.000 guarneciam as regiões recém-conquistadas e as linhas de comunicações, bem extensas. Desse modo apenas com 20.000 homens poderia contar no momento para as próximas operações.

Ele está ao par dos insucessos na França e das intenções dos austriacos. — Sabe da concentração do Tiról. Sente a sua inferioridade numerica. Resolve então a “espera estratégica”, mas desta vez grupando o grosso numa posição central mais afastada do Mincio, de vez que a guarnição de Mantua, com Wurmser à frente, não trepidará a uma sortida logo que presinta a proximidade de seus compatriotas.

Plano francês: — Não podendo tomar a ofensiva, Bonaparte vai ficar na espera estratégica aguardando que o inimigo revele seus planos. Uma vez assinalada a direção de seu ataque principal opor-lhe-á “a massa de manobra” isto é, o grosso, grupado numa posição central, enquanto que destacamentos conterão os esforços secundários, que serão batidos a seu turno, logo que a “massa” esteja desempedida.

Como vemos, a linha de cobertura seria para além do Mincio, devido à forte guarnição encerrada em Mantua, na sua retaguarda.

Seu dispositivo era o seguinte:

— Vaubois, com 10.000 homens, em Trento, vigiando para o Tiról;

— Massena, com 10.000 homens, em Vicenza, cobrindo para L. com destacamentos em Bassano e Fontaniva;

Augerau, com 6.000 homens, de reserva, em Verona;

— Kilmaine, com 9.000 homens, mantinha o cerco de Mantua;

— Macquart, com 2.500 h. guarnecia os pontos importantes da linha de comunicações, entre Peschera e Trento (entrada de Chiusa).

Plano austriaco: — E' uma reprodução dos anteriores, com todos os seus erros, sem embargo da persistência louvável em salvar a guarnição de Mantua: uma marcha convergente de duas colunas sôbre Verona e daí, reunidas, investir sobre Mantua.

Em consequência: Alvinzi, vindo do Frioul com 25.000 h. pela planície de Veneza, franqueando o Piave, o Brenta e o Adige, ganharia Verona onde faria junção com a coluna Davidovich;

— Davidovich, com 20.000 h., pelo vale do Adige, alcançaria em Verona a coluna Alvinzi.

Operações: — a 3 de Novembro Vaubois é atacado por forças muito superiores que lhe ameaçam de envolvimento e de Trento retira-se sobre Rivoli, onde se estabelece numa forte posição.

Massena deixa Bassano e retrae-se sobre Vicenza.

A 4 Napoleão é informado que o inimigo avançava com duas colunas sobre Castelfranco; que Vaubois fôra atacado e sofrera grandes perdas, e que Massena viéra para Vicenza.

O movimento sobre Castelfranco confirmava as notícias que tinha dos movimentos austriacos do Tirol para o Frioul e fal-o supôr que pela planicie de Veneza se dará o ataque principal. Resolve então ir ao encontro de Alvinzi, batê-lo, subir o Brenta e de Trento desembocar sobre as retaguardas de Davidovich.

Nessa ordem de idéias dá instruções a Vaubois para que resista em Rivoli com Augerau e Massena se dirige ao encontro de Alvinzi. Em Fontaniva, porém, os austriacos embargaram-lhe os passos rechassando vigorosamente as forças de Bonaparte, que sofrem graves perdas. Napoleão recolhe-se à Verona acompanhado de perto por Alvinzi que se detém em Caldiero, posição a 12 km. a L. de Verona.

Em Verona é Bonaparte informado que Vaubois não se pudéra manter em Rivoli e recuára mais para o S. .

A situação era das mais criticas em que já se encontrára em toda a campanha da Italia. Um ataque convergente das duas colunas austriacas lhe traria um fracasso, agravado pela guarnição de Mantua, que sabedora dos acontecimentos, se precipitaria sôbre a sua retaguarda.

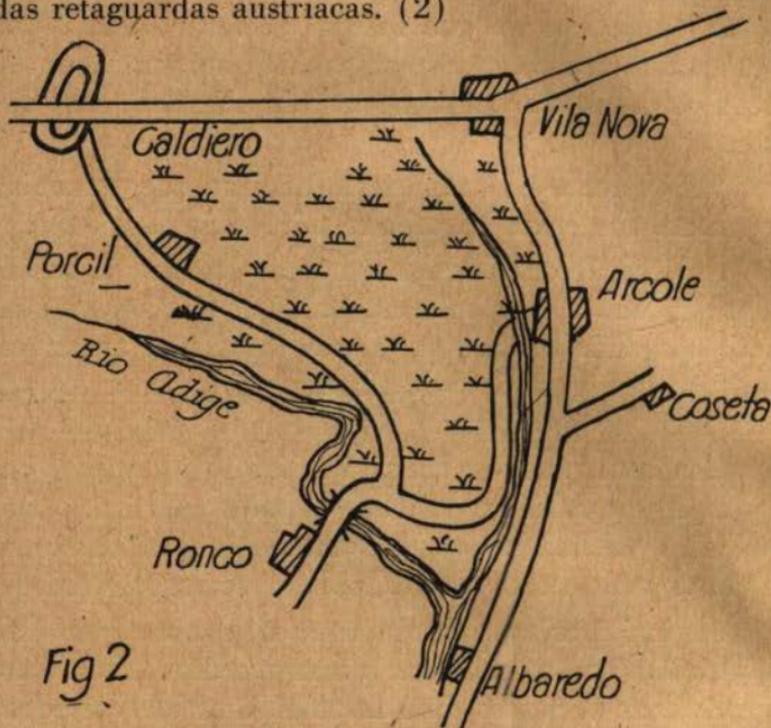
Em desespero de causa investe furiosamente contra a posição de Caldiero afim de liquidar Alvinzi. Depois socorreria Vaubois, tendo já levantado a moral das suas tropas reforçando-a com a Bda. Joubert, do corpo de bloqueio.

Alvinzi, porém, organizára-se solidamente em Caldiero, aldeióla que se encontra à margem da estrada Verona-Vicenza, nas vertentes dum mamilão por ela cortado. A região aí, à direita da róta, é pantanosa e forma um trapézio cujos contornos são formados pelo Adige e pela via, de um lado, e pelo rio Alpon, afluente do Adige, de outro.

A 11 e 12, os esforços desesperados de Augerau e Massena contra essa posição fracassaram tornando desesperadora a já angustiosa situação dos francêses. A chuva que

caíra alcançára os caminhos embaraçando sobretudo os movimentos da artilharia.

Não desanima, porém, o genial corso. Concebe um plano audacioso: Fixar Alvinzi de frente e atravessar o Adige em Ronco para cair-lhe no flanco e retaguarda, por Arcole, transportando a luta para os pantanos do Alpon, atravessados apenas por estreitas calçadas em que o vigor das testas de coluna decidiriam o êxito, anulando a vantagem mnumerica do adversário. Nesse plano a posse da ponte de Arcole pesada decisivamente, pois era o unico endereço das retaguardas austriacas. (2)



(2) Vilanova era a única linha de retirada dos austriacos, dada a situação topográfica dos arredores de Caldiero e por Arcole Napoleão cortava-lhe a retirada.

Os francêses, concentrados em Verona, contavam agora com 11.000 homens de Augerau e Massena, com os 7.000 homens de Vaubois em Rivoli, e com os 8.000 homens do corpo de bloqueio.

Na tarde de 14 o plano é posto em execução e na manhã de 15 o Adige é transposto em Ronso, donde bifurcam as calçadas que através do pantano conduzem a Caldiero e Vilanova.

Em Ronco as divisões são dispostas para o ataque:

- Augerau sôbre Arcole, esboçando o envolvimento;
- Massena, por Porcil, sôbre o flanco de Alvinzi;
- Bda. Guieu, de reserva, em Ronco;
- Kilmaine, guarnecendo Verona com 1.500 homens, conteria de frente.

Bonaparte tudo preparava em sigilo. Contava pois, surpreender o inimigo.

Na jornada de 15, porém, Augereau é detido em Arcole pela resistência obstinada de 2 Btls. croatas, possivelmente um posto avançado da cobertura de Alvinzi, face ao S.. O que é certo é que Napoleão não contava com essa resistência.

Mas Arcole era a chave do plano. Urgia tomar a ponte. Napoleão e Augerau operam prodígios de bravura pessoal (3) mas ao fim da jornada a ponte se mantinha em poder dos croatas. A reserva foi empregada, sem êxito.

(3) "A primeira coluna atacou, e a metralha a varreu quasi inteiramente; foi o mesmo com a segunda, a terceira, a quarta. Logo que os homens apareciam na ponte, a metralha os varria.

... Quasi todos os chefes mortos ou feridos, e os homens recusavam-se a marchar para o fogo. Então Augerau atirou-se para a frente, a bandeira na mão e, esperando arrastar consigo os soldados, gritou furioso: "covardes, temeis então a morte?" Mas ninguém o seguiu.

Bonaparte acorreu e compreendeu no primeiro olhar que se a ponte não fosse tomada tudo estaria perdido; não seria êle quem surpreenderia Alvinzi, e sim o contrário; ouvindo o barulho dos

Por seu turno, Massena conseguia destroçar, em Porcil, os Btls que aí montavam guarda.

No dia 15 nada foi conseguido, mas já Napoleão providenciara a vinda dum reforço, tirado da guarnição de Legnago, e a construção duma ponte improvisada sôbre o Alpon, na confluência de Caldiero, no dia seguinte, pensando já em socorrer Vaubois, às voltas com Davidovich em Rivoli.

Enfim, a 17, Augereau e o reforço de Legnago, por Coseta, desbordam a ponte de Arcole, mas já Alvinzi se retirava sôbre Vicenza, abandonando a forte posição de Caldiero.

Era tempo, pois Vaubois, batido nesse dia em Rivoli e a 18 em Pastrengo, recuava para Peschiera. Napoleão, livre da pressão de Alvinzi, a quem a Cav. já perseguia, parte imediatamente em seu socorro, em Massena. Augerau, tendo por direção Dolve, deveria completar a manobra sobre a retaguarda de Davidovich.

À ameaça de ter a retaguarda cortada, investido resolutamente de frente, o austriaco retira-se para o Tirol.

Nesse interim, a 18, Alvinzi sabedor dos sucessos de Davidovich em Rivoli e Pastrengo, retorna ao campo da luta enquanto Davidovich se apresentava de novo em Rivoli,

canhões, os austriacos iam romper fogo do alto das colinas de Caldiero e esmagar, afogar nos pantanos todo o exército francês. Mas, no mesmo instante, Bonaparte viu o que lhe restava fazer. Desceu do cavalo e apoderou-se da bandeira dos granadeiros. Os homens não compreendiam ou não ousavam compreender o que êle ia fazer: olhavam-no sem mexer-se, em silencio... No rosto uma calma estranha, uma ar de meditação profunda, mas nos olhos um insuportável brilho de metal em fusão...

.....
Brandindo com uma das mãos o trapo sagrado da bandeira e com a outra a espada, voltou-se gritando: "Soldados! deixastes de ser os vencedores de Lodi?" e precipitou-se para a ponte.

.....
...O general Lanes, já ferido duas vezes, protege-o contra a primeira descarga e tomba atingido pela terceira vez. O coronel

a 21, ao ter noticia do retorno de Alvizi. Desta vez Davidovich não escapou à manobra e Augerau caindo-lhe à retaguarda, completa o sucesso dos ataques de Napoleão e Massena.

Alvinzi, que chegara a Caldiero, sabe aí da derrota de Davidovich. Renuncia a qualquer projéto ofensivo e retira-se para o Frioul em definitivo.

Comentários (4) — Neste capitulo da campanha, vemos, ainda uma vez Napoleão na defensiva estratégica, forçado pelas circunstancias. Mas está claro que esta defensiva não pode prolongar-se muito tempo, sob pena de esmagamento pelas forças convergentes. A ofensiva táctica tem de produzir-se num momento dado, mas ainda assim, cheia de perigos, porque qualquer que seja a coluna atacada por Napoleão, a outra fica-lhe sobre o flanco e a retaguarda e pode, numa avançada, estabelecer a ligação com a guarnição de Mantua, e então tudo estava perdido. E é certamente admirável ver com que genial intuição Napoleão determina o momento asado para a ofensiva.

Entretanto, esta fracassa e cria uma situação muito mais grave ainda. Quando as forças de Alvinzi se aproximam do Adige e esboçam o seu ataque envolvente, parece que já não ha mais nenhuma esperança de salvação. Qual-

Muiron protege-o contra a última descarga e é morto de encontro ao peito de Bonaparte, manchando-lhe de sangue o rosto.

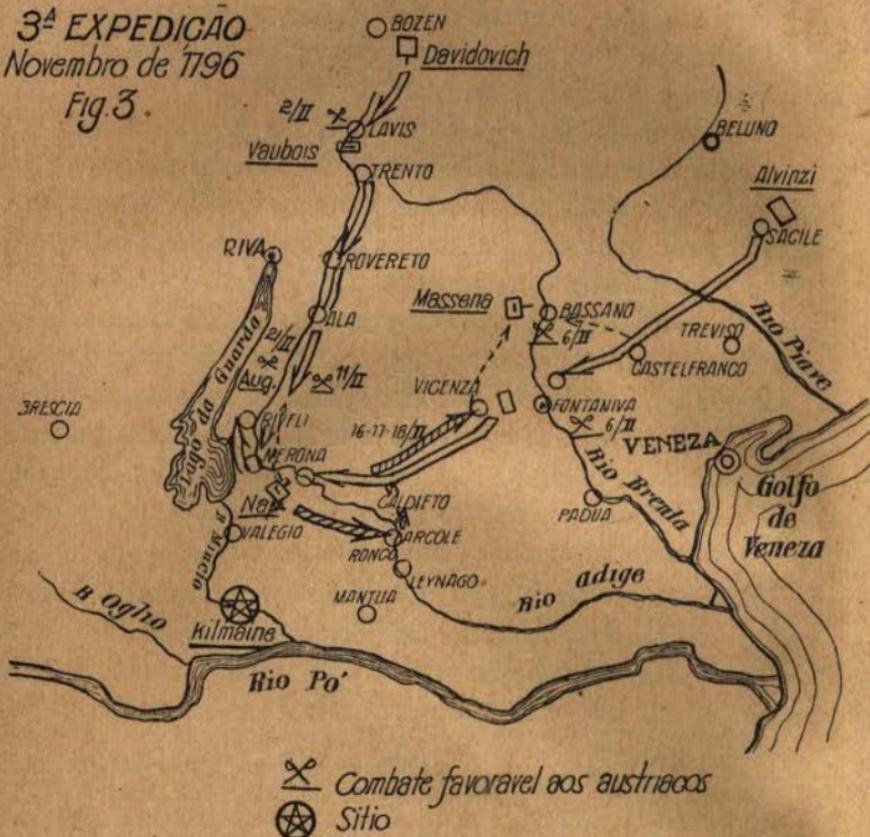
Bonaparte se conserva sempre na ponte. Granadeiros que fugiam arrebataram-no nos braços e quizeram arrastá-lo para longe do alcance do fogo, mas na confusão deixaram-no cair, sem dar pela cousa. Ele caiu no pantano, chafurdando na vasa até a cintura; debatia-se e só conseguiu afundar-se cada vez mais.

Os granadeiros só se acalmaram ao chegar à outra margem. Perceberam então que Bonaparte desaparecera.

— Voltemos, salvemo-lo! Atiram-se de novo à ponte, varrendo os croatas numa arrancada furiosa, viram Bonaparte chafurdado no pantano quasi até os ombros, chegaram a custo até êle, agarraram-no, suspenderam-no à margem e puzeram-no a cavallo. Estava salvo”.

quer outro general abandonaria a partida. Napoleão persiste, e vê ainda uma probabilidade de sucesso. E o sucesso vem — como virá na maioria dos casos para aquê que não desespera.

3ª EXPEDIÇÃO
 Novembro de 1796
 Fig. 3.



Do lado dos austriacos chama a atenção ainda a ação em colunas, e que não conseguem comunicar-se para concertarem os seus movimentos. Isso era devido, em primeiro lugar, às más disposições adotadas, e, em segundo, ao acidentado do terreno. O telegrafo de campanha supriria hoje essa lacuna.

(4) Transcrito das "Lições de História Militar" da autoria do Coronel Mario Clementino de Carvalho.

SECÇÃO DE TÁTICA GERAL

Redator : - ALUIZIO DE M. MENDES

Conselhos em doses homeopáticas e humorísticas para os que se iniciam no terreno árido da Tática

(Continuação do n.º 286)

Pelo Coronel XX.

XIV — Combater bem é, em última análise, executar a missão a fundo. Por isso necessário se torna uma missão nitida e um chefe capaz de realiza-la apesar das dificuldades.

Por sua vez para combater bem a tropa precisa sentir-se comandada e nunca ter a impressão de que se acha isolada.

O infante especialmente tem um grande terror da solidão...

XV — Poderemos citar como exercícios, tres leis que regulam o organismo da tropa no combate:

— A lei da unidade (unidade de missão e de comando);

— A lei da solidariedade (união, cooperação, coesão, responsabilidade comum);

— A lei da vontade (firmeza, tenacidade e fé na vitória).

Essas tres leis levam uma tropa ao sucesso ou à... "gloria".

XVI — "A organização do Comando é ligada ao dispositivo" — diz o Regulamento. A recíproca é mais verdadeira: organizar o dispositivo é organizar o Comando.

Observação de um principiante: Tanto faz dar na cabeça como debaixo do chapéo...

XVII — Os diferentes graus da escala hierarquica não constituem máquina de transmitir e sim... de comandar.

Mas quanta gente há que só transmite... E quantos pombos-correio...

XVIII — A decisão forma um todo indizível e a ela se chega por uma série de deduções, aproximações e ajustamentos sucessivos.

Decidir é concluir.

Mas uma ordem nunca está concluída depois de redigirmos a nossa decisão...

XIX — Toda a gente fala em método. Há várias definições de método. Existem diferentes classificações de métodos. Mas muito pouca gente tem método... na vida.

XX — Há também várias definições de Ponto de Apôio, naturais e artificias. Mas, estas dependem do ponto de vista em que nos colocarmos. Para o tático, pontos de apoio são ninhos ou ilhotas de resistência, para o náufrago pôde ser um salva vidas, um pedaço de táboa ou o pescoço do vizinho...

XXI — Em tática há várias designações de escalões:

Na Vg.: Escalão de Reconhecimento e Escalão de Combate.

Nos P. A.: Escalão de Vigilancia e Escalão de Resistência.

No ataque Escalão de fogo e Reserva.

Não seria muito mais simples denominarmos o escalão da frente, em qualquer situação, de 1.º escalão e o da retaguarda de 2.º escalão?

XXII — Por que chamar no ataque Escalão de fogo a um escalão que é essencialmente de movimento?

XXIII — A tática é uma arte que se aprende *pondo em prática procedimentos!* Conhecer teoricamente seus principios ou regras é fácil. A dificuldade consiste em sabermos aplicá-los frente às circunstancias constantemente variáveis da realidade. De nada vale pois, na resolução de casos concretos, querer demonstrar conhecimentos teóricos e gerais pela simples repetição de textos regulamentares.

(Continúa)

SEÇÃO DE INFANTARIA

Redator: - NILO GUERREIRO

A Infantaria poderosa e motorizada

Pelo Comandante DRUMILLON

III — EQUIPAMENTO

As qualidades de destreza, rapidez de deslocamento e resistência à fadiga, são agora mais do que nunca necessarias ao infante, particularmente quando o material de que é dotado não mais constitue um entrave à sua progressão.

Até então o material tornava a infantaria pesada. Agora, porém, muito embora dotado de pequena capacidade de movimento, já não precisa mais o infante diminuir o rendimento de seu material moderno.

Ora, embaraçado em seus movimentos devido às armas e munições, artificios, ferramentas, mascaras contra gaz, víveres, bebidas, que conduz preso ao cinto ou a tiracólo, é ainda sobrecarregado com o peso de uma mochila enfeitada com o capote, pano, estacas e pau de barraca, ferramentas, paineis de sinalização e utensilios diversos de acampamento.

Que importa a potência de seu armamento si, com as pernas trópegas e o coração enfraquecido, êle não pode manejá-lo convenientemente?

O estado fisico do combatente, antes e durante a ação, inflúe decisivamente sôbre o rendimento da arma que êle aciona. E' igualmente barometro seguro de seu moral.

Portanto, é preciso dotar a infantaria de um uniforme e de um equipamento racional, susceptives de adaptar-se tanto às necessidades da marcha como às do combate.

Deixando de lado as questões do vestuário atualmente resolvidas de modo aceitável, malgrado a exagerada importancia dada ao uso do capote e bem assim também ao transporte das mochilas, o presente estudo visa apenas descrever sumariamente o equipamento do infante moderno.

1.º — Durante as marchas (1), isto é, quando qualquer en-

(1) Marchas cobertas: de dia e ou de noite.

contro com forças inimigas que constituam um "dispositivo" é considerada impossível, o infante deve conduzir o mínimo de peso.

Transforma-lo em animal de carga, para diminuir os "combois", não significa aligeirar a infantaria, mas torna-la pesada e exgotá-la inútilmente.

Equipamento de marcha deve, pois, compreender unicamente:

a) As armas e munições de segurança, para evitar qualquer surpresa de elementos adversos que operam "isoladamente" (engenhos blindados e destacamentos deixados pelos aviões) ou ataques de aviões em vôo baixo;

— A máscara contra gaz;

— A ferramenta portátil e, eventualmente, a ferramenta de destruição;

— o cantil de um litro.

b) Uma mochila-tirolesa, contendo o indispensável para lhe permitir, com a chegada ao acampamento, um bom repouso, e, eventualmente, uma refeição fria conduzida na marmita, adaptada à mochila.

Sobre a mochila é fixado, em forma de ferradura, um pano de barraca, que pode também ser utilizado como impermeável; num bolso especial existente na parte externa da mochila fica acondicionando o pacote de curativo individual.

O material complementar susceptível de melhorar a instalação no acampamento (ou no bivaque), as mudas de roupa, os víveres de reserva e o restante das munições para completar a dotação de guerra, são transportados pelos veículos-auto, dotados ou não de lagarta, que constituem os T.C./2 das unidades.

2.º) — No Combate.

As cartucheiras e sacolas especiais de granada, presas ao cinturão, acondicionam as munições da dotação de guerra.

As ferramentas individuais e coletivas, a máscara contra gazes e o cantil são também conduzidos.

A mochila deve conter apenas os víveres (uma refeição fria e os víveres de reserva); o pano de barraca e o painel de sinalização são arrumados sobre a mochila; as mudas de roupa ficam nos T. C./2.

As unidades que dispuserem de carros de transporte nos seus T. C./1, destinados a segui-las durante seus deslocamentos, não mais precisam sobrecarregar o infante com o peso de um material e das munições, destinados a tornar sua ação duradoura.

Com efeito, graças aos carros, as munições, os artificios e os sobressalentes de que necessitem os combatentes podem rapidamente lhes ser fornecidos em quantidade suficiente; igualmente os vívres quentes, a bebida, o material de acampamento, as ferramentas de parque e os explosivos podem chegar em tempo oportuno, até os elementos mais avançados.

Em resumo, a potência, a rapidez e a flexibilidade dos meios de transporte da infantaria poderosa e motorizada, não só impõem como permitem que se alivie a carga do infante.

O equipamento, bom para a marcha, deve ser antes de tudo adaptado às necessidades do combate. Nada de mochilas embelezadas com multiplos accessorios de sobrecarga, nada de sabre-baioneta e bornais diversos, que transformam o combatente, num verdadeiro "mascate".

IV — ORGANIZAÇÃO

A organização da infantaria poderosa e motorizada, basea-se totalmente na organização atual, fruto, aliás, de uma longa experiência e cujo emprêgo, já perfeitamente conhecido dos quadros, permite dar ao armamento o máximo rendimento.

A entrada em serviço, porém de materiais novos, armas e meios de transporte, acarreta importantes modificações na constituição das unidades.

Estas modificações são de tal ordem que o Batalhão, relativamente ao seu emprêgo, pode comparar-se ao R. I. de 1936. Por seu turno, o Regimento é uma unidade, que, taticamente, pode bastar-se a si próprio no decorrer da batalha.

Potência, permitindo conduzir o ataque em raza campanha, isto é, contra um adversário que não ocupe uma posição fortificada.

Mobilidade estratégica;

Mobilidade tática, em terreno médio, mesmo sob o fogo; e

Ação durável;

tais são as qualidades primordiais de todas as unidades, a partir do escalão companhia.

As rápidas indicações dadas em seguida, relativamente à composição do grupo de combate, do pelotão, da companhia, do batalhão e do regimento de infantaria, visam simplesmente trazer a lume as características essenciais destas formações.

Pretendem fazer ressaltar particularmente:

- a **importante economia** realizada com o pessoal remunerador e condutor;
- a **grande rapidez** da entrada em ação dos novos meios;
- o volume relativamente reduzido de cada agrupamento, apesar da importancia da potência posta em ação.

1 — Grupo de combate.

O regulamento de 1928 pôz termo aos erros anteriores, que faziam do grupo de combate uma unidade capaz de manobrar, combinando ações de fogo e de movimento.

Algumas missões de reconhecimento ou de segurança imediata — exigem — algumas vezes, é bem verdade, uma certa distinção do grupo, mas em geral, todo seu efetivo deve dispôr-se em torno de seu chefe.

O grupo não é apenas uma justaposição de elementos de fogo e de movimento, mas apenas um conjunto de combatentes repartidos, segundo as circunstancias, nas proximidades imediatas do fuzil-metralhador.

Ora, o habito de dividir-se o grupo em meios-grupos, nos exercícios de ordem unida e de preparação para o combate, resulta, com efeito, no restabelecimento das duas “esquadras” de outróra.

Além disso, os 3 remuneradores do F. M., salvo no que se relaciona com a sua missão de “carregadores”, muito pouco são utilizados no combate.

Enfim, o aprovisionamento em munições do F. M. é geralmente fraco na ofensiva.

A composição do grupo de combate é, por tais motivos, fixado como se segue:

Este grupo constitúe um elemento fácil de comandar e bem enquadrar.

Nucleados em torno de seu F. M., êle se esclarece, cobre-se e liga-se aos vizinhos, graças aos seus volteadores.

A ausência do “Boccal V. B.” decorre do fato de que o alcance da granada de fuzil atingindo agora cerca de 400 metros, **permite fazer deste engenho uma arma do pelotão.**

Por fim, o grupo dispõe imediatamente consigo de munições suficientes, sobretudo si se levar em conta os seus 600 tiros de pistola-metralhadora; seu reabastecimento no combate será assegu-

rado pela companhia (munições transportadas no carro da companhia e, si preciso, levadas pelo carro de ligação o mais perto do escalão de fogo).

Afim de fixar a **unidade** do grupo, êle não mais poderá ser repartido em "esquadras", suprimindo-se por isso a sua formação em "coluna por dois" e em "linha em duas fileiras".

O grupo só poderá então formar em "coluna por um" ou em "linha em uma fileira".

Efetivos	Armamento			Munições			
	F.M.	Pist. Mtr.	Fu. zif	F.M.	Fu. zil	Pis- tola	Granadas
1 Sargento, cmt. do G.C.		1		100		300	2 F-1
1 Cabo fuzileiro		1		150		200	2 F-1
1 Soldado atirador	1	1		150		50	
1 Soldado municionador		1		350		50	
1 Soldado municionador auxiliar			1	350	50		13 OF
6 Soldados volteadores (1)			6	900	550		8 F-1
11 praças (2)	1	4	7	2.000	600	600	25

2 — Pelotão:

O pelotão compreende:

- 1 grupo de comando;
- 3 grupos de combate.

O grupo de comando permite ao comandante do pelotão:

— prosseguir sua missão, acionando seus grupos de combate e agindo em seu proveito;

— manter ligação constante com seu comandante de companhia e com os vizinhos;

— constituir, oportunamente, "um ninho de resistência".

A composição do grupo de comando é a seguinte:

- 1 sargento comandante do grupo de comando (auxiliar do

(1) Dos quais um esclarecedor e 1 granadeiro lançador.

(2) O G. C. brasileiro tem mais 2 homens.

comandante do pelotão, a quem substitue, eventualmente), armado de pistola-metralhadora;

— 1 cabo armado de pistola-metralhadora e 3 soldados granadeiros-atiradores armados de fuzil com bocal V. B.;

— 2 soldados observadores, atiradores de escol, armados de fuzil dotado de luneta;

— 2 soldados sinaleiros e agentes de transmissão, armados de pistola-metralhadora.

Efetivo: 9 homens.

Este grupo de comando possui uma considerável potência de fogo e pode efetuar:

— **tiros rasantes:**

— **automáticos**, graças às pistolas-metralhadoras;

— **de precisão**, graças aos dois atiradores de escol;

— **tiros curvos:**

— seja em proveito de seus grupos de combate, porque eles dispõem de 3 fuzis lança-granadas;

— seja para sua própria defesa aproximada (granada F. 1).

Os atiradores de escol são igualmente "observadores". Com efeito, é preciso adestrar obrigatoriamente estes atiradores na técnica da observação, para que eles possam facilmente descobrir os objetivos; além disso, geralmente os bons atiradores têm natural pendor especial para a observação.

O efetivo total do pelotão é de 42 homens. (3)

3 — Companhia:

A Companhia tem:

— 1 secção de comando;

— 4 pelotões de combate.

A **secção de comando** é organizada para que o comandante da companhia tenha possibilidade de:

— comandar sua unidade e assegurar suas ligações;

— fazer sentir sua ação pessoal no decorrer do combate, seja para desenvolver sua manobra, seja para fazer para um imprevisto;

— permitir a subsistência da companhia.

Comandada pelo tenente mais antigo da companhia, a secção de comando compreende 3 grupos:

(3) O nosso pelotão tem mais 5 homens.

- 1.º Grupo: P. C.;
- 2.º Grupo: morteiros de Companhia;
- 3.º Grupo: reabastecimento e serviços.

1.º grupo: P. C.

O grupo dispõe de 2 carros:

- a) 1 carro de companhia, transportando;
 - material ligeiro de topografia, observação, sinalização;
 - artificios;
 - material para a luta contra gazes (alguns aparelhos especiais, máscaras e cartuchos de sobressalente);
 - armas de reserva (F. M. — bocais V. B.);
 - munições de F. M. e de pistola, granadas.
- Peso útil total aproximado: 700 kilos.

b) 1 carro de ligação, transportando munições de segurança. Sem entrar no detalhe do armamento individual dos graduados e soldados (pistola-metralhadora para os graduados, bocais V. B. para os sinaleiros e granadas de mão para todos) e levando-se em conta o armamento próprio dos 2 carros (F. M. de torre), é evidente que a potência de fogo do grupo de comando é considerável, permitindo, por si só, dar um verdadeiro "apoio" aos pelotões de 1.º escalão.

Além disso, as munições que transporta em qualquer terreno, até a altura do P.C. do comandante de companhia e mesmo mais à frente, elevam o aprovisionamento imediatamente disponível em cartuchos para F.M. ou pistola e em granadas diversas, a um preço tal, que seu consumo corresponderá verosimilmente ao dispendio da vitalidade do pessoal da Companhia.

2º grupo: morteiros de companhia.

Transportado sobre um carro, este grupo põe normalmente em ação 2 morteiros de companhia; o 3º morteiro, apto a atirar de sua própria posição de transporte, onde dispõe de um campo de tiro horizontal de 30º, pode ser utilizado em todas as intervenções urgentes e constitui, em caso de necessidade, um material de reserva imediatamente disponível.

Consumida a munição dos morteiros, o grupo pode ainda, graças aos F.M. dos carros, às pistolas-metralhadoras dos graduados,

aos bocais V.B. dos municiaadores e ás granadas de mão de que dispõe, constituir como o 1.º grupo um sólido ninho de resistência, próprio às ações de fogos poderosas.

3.º Grupo: reabastecimento e serviços.

Este grupo constitúe o T. C./2 da companhia e dispõe de:

— um carro de transporte equipado para levar à primeira linha a refeição quente, os víveres diversos e a bebida. Reboca a cozinha rodante;

— um caminhão-automóvel de 3 toneladas para víveres e bagagens e mochilas, transportando normalmente material de acampamento; o caminhão puxa um reboque, que, em vez da cozinha, pôde ser engatado ao carro de transporte para levar até a primeira linha materiais diversos.

Este grupo dispõe, assim, de importantes meios de transporte, completos e rápidos.

Isolados ou grupados no R. I. ou no batalhão, os grupos de reabastecimento das companhias podem defender-se contra os aviões em vôo baixo (F. M. dos carros) e contra destacamentos inimigos que operam na retaguarda da frente de combate.

Em resumo:

A companhia tem um efetivo de 210 homens:

— 1 secção de comando	42
— 4 pelotões de combate	168

210 (4)

Dispõe de:

- 4 carros diversos;
- 1 caminhão-automóvel com reboque.

4 — Batalhão.

O batalhão é constituído para conduzir o combate por seus próprios meios. Seu reforço não constitui mais uma obrigação do regimento; muito ao contrário, está agora reduzido apenas a uma necessidade momentanea.

O batalhão tem possibilidade de:

— **atacar** todos os engenhos blindados rápidos e os carros pesados;

— **reduzir** os ninhos de resistência que se opuzerem à progressão de suas companhias de 1.º escalão;

— **lutar** contra os gazes;

— **obrigar** a aviação inimiga a manter-se alta no céu;

— **manter**, em quâesquer circunstancias, a posse do terreno contra as reações inimigas, sua segurança e suas ligações;

— **resistir** à usura prematura:

de **seus efetivos**, não os sobrecarregando e bem abastecidos;

de **seu material**, que dispõe de meios para conservar e reparar;

— **evacuar**, segura e rapidamente, os feridos, socorrendo-os até mesmo na linha de fogo;

— **subsistir**, graças à importancia dos diversos aprovisionamentos de que dispõe;

— **enfim. mover-se facilmente**, apesar da potência dos meios que não pôde pôr em ação.

O batalhão compreende:

— 1 estado-maior;

— 1 secção de comando;

— 1 companhia de engenhos;

— 1 companhia de metralhadoras;

— 3 companhias de fuzileiros.

1 — Estado-maior:

O comandante dispõe de:

— 1 carro **P. C. de batalhão**.

— 1 auto de ligação.

2 — Secção de comando:

A secção de comando dispõe de 4 grupos:

1.º **Grupo** (transmissões e informações) é dotado de 3 carros:

— 1 carro de transmissões: elétricas (com fio e rádio), ótica, artificios, painéis, material de observação;

— 2 carros de ligação.

(4) A nossa Cia. tem 175 homens.

2.º Grupo — Munições — é dotado de **6 carros de munições para as companhias de F 20**. O carregamento compreende, por carro: munições de F. M. e pistola, granadas diversas, munições de morteiros de companhia.

3.º Grupo — (Saúde):

Compreende: 1 carro posto de socorro; 1 carro de material contra gaz; 4 carros de feridos.

4.º Grupo:

Reparações, "depannage", combustível e lubrificantes, transportes diversos (víveres, bagagens e alívio da tropa).

O estado-maior e os 2 primeiros grupos da secção de comando podem também constituir ninhos de resistência, por isso que dispõem de um armamento poderoso e completo.

O 4.º grupo, particularmente dotado de um F. M. e várias pistolas-metralhadoras, está em condições de efetuar sua própria defesa.

3 — Companhia de engenhos.

A companhia de engenhos dispõe de 4 secções:

- 1 secção de comando;
- 3 secções de combate.

A **secção de comando** compreende 3 grupos:

- 1 grupo P. C.;
- 1 grupo de reabastecimento e serviços;
- 1 grupo de munições com 3 carros-munição:
 - 1 de morteiro de batalhão,
 - 1 de canhão-metralhador,
 - 1 de canhão de batalhão.

As **tres secções de combate** são:

- 1.ª secção — 3 canhões-metralhador de 25, colocados em tres carros-reparo;
- 2.ª secção — 3 canhões de batalhão de 50, sobre 3 carros-reparo;
- 3.ª secção — 3 morteiros de batalhão, em 3 carros.

4 — Companhia de metralhadoras.

A companhia de metralhadoras compreende:

- 1 secção de comando;
- 3 secções de combate.

A **secção de comando** é semelhante à da companhia de engenheiros.

A **secção de combate** compreende dois grupos de duas peças. Cada grupo dispõe de um **carro de grupo**, transportando: as duas peças do grupo, dois canos sobresalentes, munições diversas (de metralhadoras e outras), material de tiro e de topografia.

O armamento do pessoal das secções de combate é a **pistola-metralhadora**, com 400 tiros.

Só os municionadores são armados de fuzil, dispondo alguns de bocal V. B. (1 por grupo).

A secção de comando dispõe de armamento comparável ao da secção de comando da companhia de fuzileiros.

Em resumo, no combate a companhia de metralhadoras é caracterizada por um armamento completo, de uma potência excepcional:

- 12 metralhadoras;
- 12 F. M. de carros;
- 90 pistolas-metralhadoras, aproximadamente;
- 12 bocais V. B. (160 tiros);
- 140 granadas de mão.

As munições imediatamente disponíveis pela C. M. são consideráveis (18.000 tiros por grupo de metralhadoras); as peças de reserva e os canos sobresalentes não têm dotação.

Ora, para transportar o material da unidade, precisa-se de um total de 12 carros e de um auto-caminhão de 3 toneladas, com reboque.

O número de carros de diversos tipos e de veículos automóveis do batalhão é o seguinte:

3 Cia. F. V.	12 carros	1 auto-caminhão	3 T.	
1 Cia Mtrs.	12 carros	1 " "		
1 Cia Engs.	15 carros	1 " "		
Sec Cmdo.	16 carros	6 " "	5 T.	1 auto-ligação
	55 carros	12 auto-caminhões		1 auto-ligação (motocicletas, como lembrança).

O armamento coletivo e as respectivas munições disponíveis pelo batalhão estão especificados, grosso modo, no quadro abaixo:

ARMAS	Quantidade de	Munições por peça			
		Com o material	NO T. C. 1		
			Cia	Btl.	Total
F. M. das Cias. F.V.	36	2.000	2.000	3.000	7.000
" " dos Carros	50	4.000	-	-	4.000
" " dos T. C. 2. das Cias e dos Btls.	6	4.000	-	-	4.000
Metralhadoras	12	6.000	3.000	-	9.000
Canhão metralhador de 25	3	1.200	600	-	1.800
Canhão de batalhão de 50	3	150	100	-	250
Morteiros de Cia	6	100	-	100	200
Morteiros de Btl.	3	140	60	-	200

1- Cerca de 600 MIL TIROS, sem contar as armas individuais (fuzil, pistola-metralhadora, granadas).

X- Munições que, conforme o caso podem servir em parte para reabastecer os F. M. das Cias de F.V.; total transportado no batalhão: 200. MIL TIROS

X- Total 9, dos quais apenas 6 são mantidos em serviço.

5 — Regimento.

E' a unidade de batalha. O Regimento é capaz de conduzir todas as fases da batalha ofensiva: aproximação, tomada de contacto, ataque e exploração do sucesso.

O emprêgo do R. I. da infantaria poderosa e motorizada na defesa de uma posição não é certamente preconizado. Mas, seja porque tenha de cumprir excepcionalmente uma tal missão, seja porque fique momentaneamente na defensiva no decorrer da ação engajada, este regimento dispõe de meios de uma potência de conjunto comparável aos que põe em ação qualquer D. I. atual, ofere-

(*) Cerca de 600 mil tiros, sem contar as armas individuais (fuzil, pistola-metralhadora, granadas).

(**) Munições que, conforme o caso, podem servir em parte para reabastecer os F. M. das Cias de F. V.; total transportado no batalhão: 200 mil tiros.

(***) Total 9, dos quais apenas 6 são mantidos em serviço.

cendo ainda, por outro lado, possibilidades de manobra as mais variadas.

O escalão regimento é, em particular, dotado de meios de combate destinados a dar à ação conduzida pelos batalhões mais amplitude e potência, e capazes de cumprir certas missões particulares, tais como:

- levar o fogo até o contacto imediato do inimigo;
- vencer resistências particularmente sérias, que excedem às possibilidades do armamento do batalhão.

Tais meios no regimento são:

- os **carros de combate de infantaria**, e
- os **morteiros de regimento**.

O regimento compreende, por consequência:

1 estado-maior, 1 secção de comando e 1 companhia extra-numerária, com material transportado em carros e caminhões automóveis; 1 companhia de carros de combate de infantaria, 1 companhia de morteiros de regimento e 3 batalhões.

1 — Companhia de carros de combate de infantaria.

A Companhia compreende 5 secções:

- 1 secção de comando;
- 4 secções de combate.

A **secção de comando** tem 3 grupos:

1.º Grupo — P. C.:

- 1 carro do capitão;
- 1 carro das transmissões (T. S. F., ótica, artificios);
- 4 carros de combate (ligação ou substituição eventual).

2.º Grupo — Reabastecimento e "depannage".

Dotado de veículos especiais diversos.

3.º Grupo — Motociclistas.

- 3 equipas de F. M., a 4 homens.
- 3 equipas de bocais V. B..

A **secção de combate** tem " carros:

- 3 carros armados de canhão-metralhador;
- 2 carros armados de canhão de batalhão, do tamanho re-

duzido.

O carro do comandante da secção (carro canhão-metralhador) é dotado ainda de um posto de T. S. F..

2 — Companhia de morteiros de regimento.

A organização desta companhia é calcada na do grupo de artilharia. Compreende:

- 1 secção de comando;
- 3 secções de combate.

a) Secção de comando:

- 1.º grupo: P. C..
- 1 carro P. C. (material diverso, de observação, de topografia, etc.);
- 1 carro de ligação;
- 1 carro das transmissões.

Muito embora o tiro seja normalmente conduzido por secção, a companhia pode, no entanto, constituir um "agrupamento de tiro". O grupo P. C. permite ao comandante da companhia o emprêgo desse agrupamento.

2.º Grupo — Munições — 6 carros-munição (100 tiros por carro).

3.º Grupo — Reabastecimento, "depannage" e serviços.

b) A **secção de combate** tem 4 peças. Cada peça compreende:

- 1 carro-reparo de morteiro;
- 1 carro-munição.

Cada morteiro dispõe no combate de **200 tiros** (150 com a arma e 50 com o T. C.₁ — grupo das munições).

O regimento de infantaria poderosa e motorizada dispõe, conseqüentemente, de cerca de 350 veículos-automóveis:

- 260 carros;
- 90 caminhões ou viaturas de ligação e mais umas cinquenta motocicletas.

Ora, um regimento motorizado francês, do tipo nordeste, utiliza ainda para os seus transportes:

- 195 viaturas hipomoveis;
- 355 cavalos;
- 30 automóveis;
- 13 motocicletas;
- 119 bicicletas.

Um simples cálculo nos mostrará que a duração do escoamento desses dois tipos de R. I. é aproximadamente a mesma.

O R. I. poderoso e motorizado não é, pois, mais embaraçoso do que o R. I. tipo nordeste motorizado, enquanto que, dor outro lado, êle representa no grande cenário do campo de batalha moderno um papel capital.

TERCEIRA PARTE

C O N C L U S Ã O

E' inutil insistir ainda sôbre o valôr do regimento como unidade de batalha.

Sua potência de fogo, a que até agora nenhum regimento de infantaria do mundo pôde igualar, tem além disso a faculdade capital de se conservar sempre muito elevada no decorrer de uma operação.

Os "tempos mortos", aliás às vezes "mortais" para o desenvolvimento da manobra, em virtude dos deslocamentos das bases de fogo e do reajustamento indispensável das ações Infantaria-Artilharia no jogo dos objetivos sucessivos, serão agora sinão totalmente evitados, pelo menos reduzidos ao minimo, tanto em número quanto em duração.

E' o emprêgo dos carros de infantaria que, dessa fórmula, permite dar à potência e à flexibilidade de emprêgo, indispensável no combate moderno, justaposição e sucessão de ações locais, fragmentárias, ofensivas e defensivas, impondo a intervenção rápida e justa dos meios de fogo próprios da infantaria.

A superioridade de emprêgo tático que apresenta o regimento, ajunta-se ainda, graças à sua motrização total, a possibilidade de efetuar rápidos e longos deslocamentos estratégicos.

Uma etapa de 150 quilometros é para o regimento de infantaria poderosa e motorizada uma etapa normal, si os seus homens forem transportados em caminhões.

Desloca-se num só bloco, com todos os seus meios reunidos; cobre sua marcha e seus deslocamento graças aos seus carros de combate e à suas motocicletas; está apto enfim a realizar em todas as circunstancias, mediante uma repartição judiciosa de suas metralhadoras e F. M. de carros no interior do dispositivo, sua própria proteção imediata contra quaesquer elementos inimigos, terrestres ou aéreos.

Qualquer oficial perfeitamente inteirado das necessidades do combate moderno, quer tenha ou não realmente nêle tomado parte, compreenderá facilmente a grande vantagem que representa a criação de regimentos de infantaria poderosa e motorizada,

Que objecção opôr à sua constituição?

Certamente as objecções serão numerosas, porque qualquer concepção nova encontra sempre detratores mais ou menos apaixonados, sinão mesmo adversários irreductíveis. Os principais, porém, podem ser classificados de antemão em tres categorias:

- os “não realizadores”;
- os “técnicos cepticistas”;
- os “financistas perigosamente economicos”.

Examinemo-los sucessivamente:

1.º — Os “**não realizadores**”, sem negar embora a qualidade excepcional da infantaria poderosa e motorizada, dirão:

- uns, “Dará resultado na prática?”
- outros, “Não resolvamos apressadamente”.

“Para que constituir uma nova infantaria, si nossos adversários poderão imitar-nos ou precaver-se para limitar convenientemente sua eficiência?”

Ninguem mais pode hoje em dia desconhecer o trabalho que representa a criação de um novò material, os problemas imprevisitos em que repousa o seu aprsto, o tempo requerido para a realização de sua construção em série, finalmente, o tempo ainda maior indispensável à aprendizagem de sua perfeita utilização! As lições do passado e da actualidade não estão ainda presentes em todas as memorias, quer se trate do canhão de 75, das metralhadoras, dos carros ou da aviação?

O Exército que primeiramente dispuzer de um material que constitúa uma inovação ou assinale um progresso técnico considerável, terá adquirido sôbre qualquer outro retardatário, uma manifesta superioridade na construção e emprêgo desse material.

“Não resolvamos apressadamente!” Estudemos ainda, examinemos por mais tempo o problema, aperfeiçoemos nossa concepção inicial, façamos ensaios sucessivamente numerosos de “prototipos” afim de realizarmos, sinão a perfeição, pelo menos uma obra que não se arrisque a ser rapidamente posta de lado !

Idéas justas, espiritos prudentes e metódicos, mas de applicação perigosa na prática!

Saber deter-se em busca da perfeição é próprio dos realizados. Melhor querer uma obra imperfeita do que um admirável projeto; e o bom senso popular tem sempre tão bem compreendido o valor do que existe, apenas pelo simples fato de sua própria existência, que não é de hoje que o rifão afirma com a máxima sabedoria: "mais vale prevenir que remediar".

O receio de ver tornar-se rapidamente obsoleto um material ha pouco posto em serviço, é tão velho como o próprio mundo. E, no entanto, as armas de fogo automáticas substituem hoje a antiga funda e o primitivo arco.

Mas é inegável que a renovação dos diversos materiais de que dispõem os exércitos modernos, é um problema que se complica de dia para dia, não só pelo simples fato de que as invenções se sucedem muito rapidamente, como ainda devido à frequência das crises políticas e à instabilidade da situação financeira.

Tais dificuldades, no entretanto, podem ser evitadas ou reduzidas ao mínimo, si o país se decidir a lançar em tempo oportuno os novos materiais em quantidade suficiente para armar as forças que devam participar da agressão premeditada.

Por outro lado, uma nação embora pacifica, mas decididamente resolvida a anular qualquer ataque ao seu território — mesmo especial e secretamente preparado — deve seguir uma politica armamentista afim de poder:

— lançar imediatamente contra o agressor suas forças de cobertura, armadas com material do tipo mais perfeioado;

— armazenar um material suficiente para que as forças mobilizadas possam subsistir durante uma batalha de fronteira, a ser conduzida economicamente;

— preparar integralmente a construção rápida, em série, dos materiais em serviço nas formações de coberturas, para constituir rapidamente, com a flôr das forças mobilizadas, os exércitos de choque, ágora necessários para as batalhas decisivas.

Em cobertura, importa, não só estar em condições de garantir a maior proteção possível ao territorio nacional, como também de manter, desde os primeiros contactos, uma certa ascendência sôbre o inimigo, enchendo-o de temor. Quanto mais entusiastas forem as tropas adversas, tanto mais sensíveis, por seu moral, serão elas, aos revêses sangrentos que sofrerem.

Ao lado das tropas especalizadas dos sectores fortificados e das unidades de tipo normal, que completam sua defesa, ou de cer-

tas frentes defensivas mantidas fortemente e cobertas por obstáculos naturais, deverão ser empenhadas as **forças de manobra**, seja para a execução de "contra choques violentos", seja para a realização de operações ofensivas contra certos pontos vitais do dispositivo inimigo.

Tais forças de manobra, arma capital na mão do General Comandante em Chefe, devem ser constituídas de divisões de infantaria poderosa e motorizada, formações de **carros de assalto**, médios e pesados, e de uma poderosa artilharia pesada.

E para que, em tempo de paz, seja constantemente mantida em nível elevado sua potência de ação, todo o esforço orçamentário deverá ser sucessivamente aplicado na conservação, aumento eventual e renovação periodica do material dessas forças de manobra da cobertura.

Não é aconselhável estender-se a todas as formações mobilizadas — mesmo às constituídas pelas classes mais velhas — a entrada em serviço de determinado material, pois a experiência ensina que com os créditos anualmente destinados à sua aquisição, esse material estará sempre velho e até obsoleto, justamente quando as forças mobilizadas dêles forem dotadas.

A construção dos materiais efetuar-se-á assim por "fases", tal qual ocorre na marinha e na aviação.

A cada realização de uma nova fase de um certo material, corresponderá então, necessariamente uma transladação de conjunto dos materiais similares existentes e uma consequente desclassificação dos mais antigos, mesmo que seu estado de conservação ou seu valor não imponham, no momento, essa medida.

Conservar em deposito, em tempo de paz, grandes quantidades de materiais, os mais diversos, de modelos antiquados, apenas porque não foram inteiramente usados, é um duplo erro:

— primeiro, porque, em tempo de guerra, esses materiais, dado seu rendimento inferior, imobilizam para seu emprêgo um pessoal muito numeroso, pessoal esse sujeito, além disso, a grandes riscos;

— segundo porque, em tempo de paz, sua guarda e sua conservação implicam na existência de créditos, que poderão ser mais racionalmente empregados na construção intensiva de materiais novos.

O quadro abaixo mostra, a titulo de exemplo, como se apresentaria, no conjunto, a repartição de um certo material de guerra,

renovado regularmente por fases, de cinco em cinco anos, — cada fase sendo aliás constituída por um material idêntico ao da fase anterior, ou por um material diferente, de modelo mais aperfeiçoado.

Forças mobilizadas	Carros de infantaria				
	Novos	Com mais de....			
		5 anos	10 anos	15 anos	20 anos
Cobertura	X				
1ª Série		X			
2ª Série			X		
3ª Série, ou formações do território				X	
Desclassificação, recuperação de certas peças (blindagem, por exemplo).				X	

(*) - Reservistas das classes mais velhas de 1ª ou 2ª linha

Em rigor, a cada categoria de material deve corresponder um programa mínimo inicial a realizar, função da necessidade das forças de cobertura previstas, e um plano normal de renovação, função da própria natureza desse material, — ficando estabelecido que, segundo a situação internacional, os progressos da técnica e as possibilidades financeiras do país, cada fase prevista no plano de renovação poderá ser modificada, não só no que concerne à quantidade do material a construir até uma determinada data, como no que respeita aos prazos de realização, reduzindo-os ou aumentando-os.

(*) Reservistas das classes mais velhas de 1.ª ou 2.ª linha.

Salvo casos excepcionais, nenhuma despesa deve ser feita com o fim de melhorar o material em "stock". Esse material será apenas conservado.

2.º — Os "técnicos cepticistas" afirmarão que os sistemas de armamento e de carros, de que o R. I., tipo poderoso e motorizado, é dotado, são concepções quiméricas.

Aliás os materiais preconizados são apenas **descritos**, e não **definidos** com o rigor que deve caracterizar um programa de construção.

"Infante" sem pretensões técnicas, quiz simplesmente expôr como concebe uma infantaria poderosa e não obstante muito manobreira, graças aos diversos materiais que a indústria moderna pôde verosimilmente realizar.

Que importa si as "performances" previstas para certos materiais são muito exageradas? A importancia da constituição das forças armadas modernas não é absolutamente função do percurso de alguns metros a mais ou a menos que os projeteis podem percorrer num segundo e nos meios de transporte num minuto.

Pelo contrário, a importancia dessas forças reside antes de tudo na necessidade indiscutível de **assegurar de inicio a defesa do país**, graças a uma cobertura armada com os materiais mais aperfeiçoados do momento e de **vencer, dotando-se** com esses materiais, tão depressa quanto possível, a massa das forças mobilizadas.

3.º — Os "financistas perigosamente economicos" querem imediatamente provar com seus cálculos que o orçamento de nenhuma nação, mesmo as de primeira grandeza, poderá suportar, dada a precaria situação economica mundial, as enormes despesas requeridas para a criação de algumas I. D. do tipo poderosa e motorizada.

Além disso, a seu ver, a conservação dos materiais em serviço ou em "stock" impõe anualmente obrigações de tal vulto, que em poucos anos tornar-se-iam intoleráveis.

Um rápido cálculo de conjunto, nêle computadas as condições particularmente onerosas sempre impostas ao Estado comprador e a certeza de que a utilização de alguns materiais pela mão de obra militar dá lugar a uma usura prematura, mostra que o esforço a produzir não é tão considerável quanto se possa imaginar.

Com efeito, fixando em 100 mil francos (5) o preço médio de um carro de infantaria, inclusive o armamento e as munições que nêle devem existir, preço aliás muito razoável, a dotação de um regimento em carros de infantaria custaria aproximadamente 27 milhões de francos (6).

Calculando em 6 milhões de francos (7) o custo do armamento individual, com as respectivas munições, e bem assim do equipamento para todo o efetivo do regimento, a criação dum regimento de infantaria do tipo poderoso e motorizado, implicaria então numa despesa total da ordem de 33 milhões de francos (8), ou sejam **100 milhões de francos** (9) para uma I. D..

Além disso, as despesas de utilização e conservação dos carros de infantaria de um regimento não são proibitivas. Os carros que formam a dotação completa do regimento, apenas postos em serviço para a instrução à razão de um terço do efetivo, não dispenderia anualmente mais de um milhão de francos (10), supondo-se para base de cálculo, por carro:

— um percurso diário de 30 quilometros, durante 100 dias de serviço;

— despesa de conservação e de reparação de 200 francos (11) por mês, durante os doze meses do ano.

Estes algarismos, tão elevados relativamente aos que estamos habituados a vêr na infantaria, são ainda bem modestos quando comparados aos que caracterizam as construcções, a utilização e a conservação dos materiais, na marinha e na aviação!

Qualquer país, sem um esforço exaustivo para o seu tesouro, pôde dispôr permanentemente de materiais modernos especiais, necessarios às **forças de manobra** e correspondentes às esquadras navais e aéreas **de primeira linha**.

Em conclusão, a criação de forças de manobra à base de infantaria deve passar ao primeiro plano na organização da **Defesa Nacional**, pois que as fortificações interditam agora em qualquer agressão, mesmo massiva e súbita, as ações profundas e duráveis

(5) Cerca de 70 mil contos de réis (franco cotado a 700 réis).

(6) Cerca de 18.900 contos de réis.

(7) Cerca de 4.200 contos de réis.

(9) Cêrca pe 23.100 contos de réis.

(9) Cêrca de 70.000 contos de réis.

(10) Cêrca de 700 contos de réis.

(11) Cêrca de 140 mil réis.

sôbre pontos vitias ,susceptíveis de provocar a derrocada do país.

As diversas unidades, que entram na composição dessas fôrças, devem ser desde o tempo de paz:

— dotadas de todos os seus materiais especiais;

— mantidas permanentemente com seus efetivos bastante elevados;

— e fortemente dotadas de especialistas, condutores, em particular, chefes de carros de infantaria.

Si julgamos indispensável, pelo menos, a criação no mais curto prazo possível de cinco divisões de infantaria, do tipo poderosa e motorizada, pensamos que dez dessas divisões são necessarias antes de 1940, para poder o comando ter a possibilidade de enfrentar qualquer eventualidade que se apresente.

SO' ENTÃO, COBERTO PELO SEU ESCUDO, PODERA' O PAÍS APOIAR-SE CONFIANTEMENTE NA SUA CLAVA.

DIREITO DE OPINIÃO DO CIDADÃO

Art. 1.^o — Em todos os assuntos é livre a manifestação do pensamento pela imprensa, sem dependência de censura, respondendo cada um pelos abusos que cometer, nos casos e pela fórmula que este decreto prescreve.

Art. 2.^o — E' proibido o anonimato, ressalvado, em se tratando de imprensa politica ou noticiosa, o segredo de redação, observado o disposto nos artigos 27 e 28.

(Lei de Imprensa — Dec. n.^o 24.776 de 14 de Julho de 1934).

A MANOBRA DO PELOTÃO

Pelo 1.º Ten. MURILO BORGES MOREIRA

(Do “Memento de l'instructeur du Fusilier-Voltigeur” — Commandant G. Paillé).

O Pelotão é a **menor unidade capaz de “manobrar”** (RECI, 1.ª, n.º 180). Porém, todas as “idéias simples” e todos os “princípios” relativos à manobra em geral”, (1) acham já sua aplicação na “manobra do Pelotão” — todos, salvo o último, relativo ao engajamento das “reservas”, porque o “Pelotão não tem reserva” (RECI, 2.ª, n.º 191).

Na prática, a manobra do Pelotão será sempre “extremamente simples, porém constantemente variável”, uma vez que ela consiste, em definitivo, “segundo a situação de cada momento”:

— seja “em fazer progredir os 3 grupos sem atirar”, se êles não estão detidos pelo fogo inimigo;

— seja em “fazer atirar os 3 grupos”, no caso de estarem todos detidos pelo fogo inimigo; e

— seja em “combinar o fogo de determinados grupos com o movimento dos outros”; que é a **manobra** propriamente dita.

Qualquer que seja o caso, pareceu-nos útil habituar o Cmt. do Pel. a resolver rapidamente o “problema da manobra”, tal qual êle se lhe apresenta em face de “cada situação nova”. O “memento” seguinte é dado aqui a título de indicação:

1.º — TER UMA IDEIA EXATA E PRECISA DA SITUAÇÃO.

E' a primeira cousa a fazer, e quasi sempre a mais difficil:

a) “**O terreno**”: que facilidades me oferece? (caminhamentos, cobertas, abrigos, angulos mortos).

b) “**O inimigo**”: onde sua “barragem de fogos” é forte e onde ela é fraca? onde estão as “armas de fogo” que me detém?

c) “**Nós**”: onde estão meus grupos? meus vizinhos? meus apoios? (metralhadoras, engenhos, artilharia, carros, aviação, etc.) — o que fazem?

Estas perguntas serão respondidas sobretudo pela “observação pessoal do Cmt. do Pei” (golpe de vista), e pelas “informações” que lhe dará seu “observador”.

2.º — CONCEBER A MANOBRA.

a) o “quadro (conjunto) da situação” estando nitidamente preciso, a “ideia de manobra” (**solução do bom senso** — RECI — 2.^a — n.º107/1) deve saltar espontaneamente, sem hesitação:

— **Fogo** (atirar sobre os engenhos de fogo do inimigo) e

— **Movimento** (infiltrar-se pelas zonas de menos resistência).

Não esquecer nunca que essa ideia de manobra deve ficar no quadro da “missão recebida” e da “direção dada”.

b) A “ideia de manobra” se traduzirá imediatamente pela “repartição da missões:

— que grupo deve avançar ?

— que grupo deve atirar ?

Nunca deter um elemento para atirar quando êle poderia avançar, salvo se êle está muito em flexa (RECI 2.^a — n.º 190/3) ou se, por seus fogos de flanco, puder reduzir uma resistência que detem outros grupos.

3.º — ORDENAR A MANOBRA CONCEBIDA.)

O Cmt. do Pel. tendo assim tomado bem nitidamente “sua decisão” e sabendo “muito bem aquilo que quer fazer”, só lhe resta “**exprimir essa decisão em ordens claras, fixando com precisão a tarefa de seus subordinados** (RECI — 2.^a — n.º 97 e 107/2) e “transmitir essas ordens” aos executantes, isto é, “aos Cmts. de grupos”.

a) “A ordem inicial de ataque” e as ordens dadas durante longas paradas atrás de bons abrigos, poderão ser “completas” (2).

b) “Durante o combate”, o Cmt. do Pel. estará quasi sempre na impossibilidade de dar ordens tão completas, não só devido à dificuldade das transmissões de baixo do fogo inimigo como também pela necessidade de ganhar tempo.

Porém “o menos que êle deve fazer” é “dar a cada grupo a sua missão” em função da manobra que concebeu, isto é: — **objetivo de fogo ou de movimento**. Por exemplo: — **1.º G. C. atire sobre tal ponto — 2.º G. C. marche para tal ponto**.

Reduzida a sua expressão mais simples, uma ordem dessa natureza poderá se traduzir por “um simples gesto” indicando a cada grupo a “direção do objetivo que lhe é dado”: o Cmt. do G. C. saberá se se trata de um objetivo de fogo ou de um objetivo de movimento, con-

forme seu grupo esteja ou não detido por uma barragem de fogos inimigos.

NOTAS DO TRADUTOR

(1) “Os principios da manobra” será o assunto do próximo número.

(2) Seguir-se-á um resumo das “Ordens nos exercícios de combate”.

(3) Todos esses trabalhos são tirados da tradução, adaptada aos nossos regulamentos, do livro do Cmt. PAILLÉ que deverá ser publicado ainda no presente ano.

TRES QUESTÕES DE GRAMMATICA (Topologia pronominal — Crase — Impessoalidade e pessoalidade do infinito) por PAULO EMILIO DE NORONHA MENNA BARRETO (Natural do Estado do Rio Grande do Sul).

... “As tres questões referidas (pelo autor) têm sido objeto de largas discussões entre os doutos... O que fez, e é o grande merito do seu trabalho, foi resumir com clareza toda essa larga e erudita discussão, facilitando aos estudiosos a assimilação de tão longos e exaustivos debates”...

(Do “Jornal do Commercio”, de 26-6-938)

CALUNIA E INJURIA

Art. 315 — Constitue calunia a falsa imputação, feita a alguém, de fato que a lei classifica de crime.

Art. 317 — Julgar-se-á injuria:

a) — A imputação de vícios ou defeitos, com ou sem fatos especificados, que possam expôr a pessoa ao odio ou ao desprezo público;

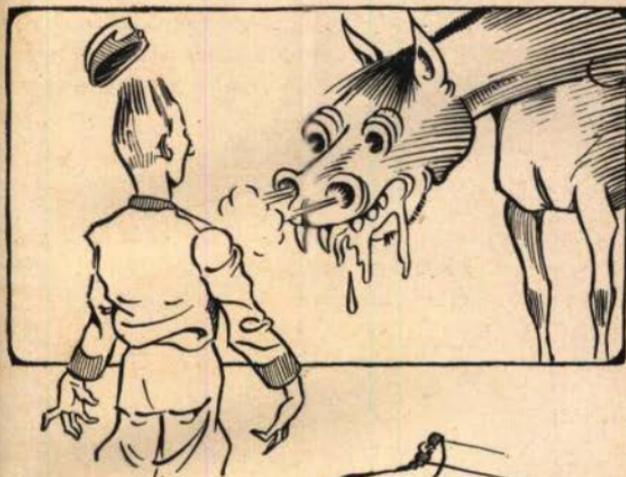
b) — A imputação de fatos ofensivos da reputação, do decôro e da honra;

c) — A palavra, o gesto, ou sinal reputado insultante na opinião publica. (Consolidação das Leis Penais).

SECCÃO DE CAVALLARIA

COMO NÃO DEVE SER.

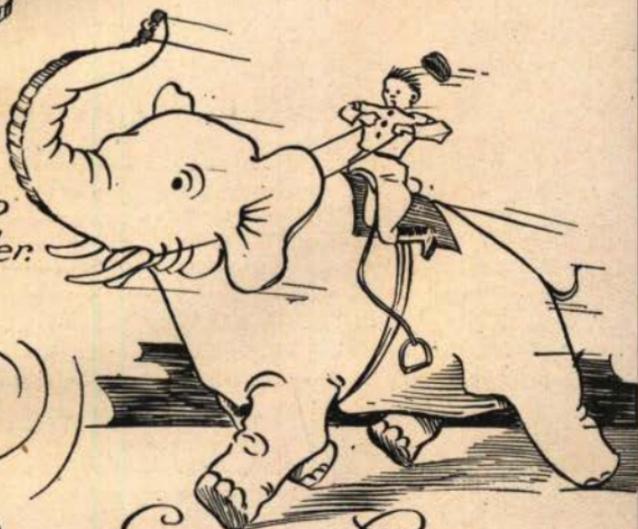
CAP. VALMIR DE ARARIPE RAMOS



Não deixe que o recruta julgue o cavalo uma fêra. Assim ele nunca poderá ser um amigo do cavalo.



Vá destruindo todas as impressões que o recruta possa ter.



Evite isto. Não sinta prazer em provocar quedas: são quase sempre comicas mas nunca se poderá obter a confiança.



Comando e instrução - As "Notas sobre a instrução do Comandante do Corpo"

Trad. pelo Coronel DELHOMME

Nota do Tradutor — O presente artigo foi traduzido do número da Revista de Infantaria francesa, de Outubro de 1937.

Por ser de grande utilidade para todos nós, resolvemos traduzi-lo e publicá-lo em "A Defesa Nacional". Pedimos permissão ao seu autor, distinto coronel do Exército francês, para traduzi-lo e publicá-lo, visto ser a nossa doutrina de guerra e os processos de instrução que os nossos mestres franceses há tanto tempo nos ensinam, identicos nos nossos dois exércitos.

A "Révue d'Infanterie" pensou que seria interessante pedir aos Cmts. de corpo francês as reflexões que a experiência lhes surgira sobre os processos de comando que lhes têm dado exito e os resultados práticos que puderam obter no dominio da instrução.

Essas "Notas sôbre a instrução", apenas constituem estudos de doutrina; pretendem ser apenas modestos mementos didáticos, porém, práticos, de monitores, tendo a preocupação do concreto, sôbre a maneira de conduzir e de fiscalizar a instrução nos regimentos. Os assuntos não faltam por certo: como montar um exercício de quadros; como fazer uma crítica no terreno; como verificar e animar as "progressões" das unidades subordinadas, essas progressões que se retardam, de contingente em contingente, bom ano, máu ano...

Noutro departamento, o das forças morais, quais são as cerimonias, as festas, as "alegrias de familia" que um coronel deve procurar organizar para que sua unidade seja, com efeito, uma familia?

Ainda outros temas deveriam tratar para preencher lacuna evidente.

A revista apéla para os chefes de corpo afim de dispensarem êsses conselhos aos seus subordinados e guiá-los em suas tão difíceis tarefas, justamente aqueles que terão um dia a honra de também comandar um regimento.

A revista.

* * *

No papel de diretor da instrução do regimento, o cmt. de côrpo choca-se com dois pontos antagônicos:

— Si, constatando faltas sérias de execução nos exercícios ou manóbras, hesitações, mesmo omissões ou erros no ensinamento dos instructores, êle se limitar a assinalá-los verbalmente, não ficará nas memorias senão um traço ligeiro, que, as mais das vezes, cedo se apagará.

— E si, tendo de expôr suas idéias de maneira durável redige documentos que precisem e completem as prescrições do Regulamento, fixando nelas pontos de doutrina, que se procure evitar todo abuso.

Papeis demasiados, pouco discernimento, pelo menos em cada leitor.

Mas, sem dúvida, quando a ocasião se apresentar, a difusão de uma **nota sôbre a instrução** será proveitosa a todos os quadros e permitirá ao coronel dar sua orientação à instrução do regimento, quer se trate de diretrizes propriamente ditas ou de ensinamentos tirados dum exercício determinado.

O número dessas "Notas" é questão de ocasião, que varia com a vida particular das unidades, valôr geral dos quadros, procêssos de comando dos Cmts. da infan-

taria divisionária e da divisão, temperamento do coronel, muitos fatores que influem sobre a sucessão com que aparecerão.

Com a experiência, parece que uma meia duzia por ano possam, na maior parte dos casos, bastar para fornecer a orientação necessaria, sem arriscar o entulhamento das estantes dos arquivos.

Certo, si, durante o tempo que passou à testa do regimento, um Cmt. de corpo eminente, o tem, anteriormente, munido dum arquivo formado de notas deste genero, haverá toda a vantagem sómente em fiscalizar a aplicação, sem "reeditá-las" ou transformá-las, salvo por necessidade. Mas, a brevidade do tempo de comando, a variedade das obrigações dum coronel, dum lado, a evolução das idéias, o aparecimento de novos materiais, doutro lado, são outras tantas razões para que, assumindo o comando, o novo coronel não ache sempre, condensado em algumas páginas, a expressão utilisável do pensamento de seus predecessôres.

Talvez, a falta de exemplos, tal ou qual sentir-se-á a princípio, um pouco embaraçado, vendo mal "por que ponto tomar a questão". .

Parece-nos útil apresentar a nossos leitores as "Notas sobre a instrução" que se seguirão.

Todos os que se preparam para comandar um regimento de infantaria poderão aí colher alguns ensinamentos; aí acharão talvez, aquí e alí, certas idéias que poderão explorar.

Mas, não se procurar o desenvolvimento de um programa estabelecido; sua redação é estimada para responder a necessidades de momento: orientação do trabalho dos quadros e da tropa, correção de erros verificados, etc.. Constituem elementos esparços e não um todo.

O todo é, si bem entendido, o Regulamento.
Não se achará aqui senão a interpretação.

* * *

Imaginemos que, poucos dias após a sua chegada, o coronel, deixando, sem modificá-las, executar as progressões estabelecidas, assiste um exercício de quadros organizado e lhe disser “bem ordinario”.

Nada melhor para lhe permitir fazer um ponto.

“Bem ordinário”, ah! quer dizer erradamente, sem objetivo de ensinamento preciso, sem adaptação do têma aos meios e ao terreno escolhidos. . .

O coronel sentir-se-á imperiosamente levado a fazer aparecer uma primeira “Nota sôbre a instrução”, dêste genero:

NOTA SÔBRE A INSTRUÇÃO N.º 1

Exercícios de quadros

A condição de ser bem preparados e bem dirigidos os exercícios de quadros, com ou sem tropa, são um excelente meio de formar o golpe de vista e de desenvolver o julgamento e o espírito de decisão dos quadros.

Esses exercícios são praticados, de preferência sôbre o terreno, durante todo o tempo, e mais particularmente, limitando ao efetivo minimo e suficiente o enquadramento da tropa, será possível realizar uma economia de quadros, os quais tomarão parte nos exercícios especialmente organizados para êles.

Para tornar frutuosos esses exercícios, independentemente dos princípios desenvolvidos nas circulares mi-

nisteriais ou as instruções do Comando, dever-se-á inspirar nas regras seguintes:

1.º — Primeiramente, para o oficial diretor, é necessário ter uma idéia clara do fim particular do exercício e escolher o terreno mais apropriado à demonstração procurada.

Preparar com minucia um têmea simples; só estudar em cada secção uma fase determinada do combate, correspondente à aplicação do princípio que se trata de ressaltar com os processos de execução os mais racionais;

2.º — Definir com nitidez, mas sem "detalhes" inúteis, os dados do problema, do lado amigo como do inimigo: Situação geral material e moral, efetivos, meios de ação da artilharia e da infantaria, circunstancias de tempo e de lugar, etc., etc..

Concebe-se, sem dificuldade que si as condições nas quais se desenvolve a ação hipotética são insuficientemente precisas, cada um será levado a imaginar, segundo seu temperamento, dados diferentes e haverá, com efeito, tantas situações quantos forem os executantes, em consequência da imprecisão do problema proposto. Tornar-se-á então impossível ao oficial diretor fazer sobresaír a solução mais justificada; a confusão e a duvida se estabelecerão nos espiritos; a clareza do ensinamento e a confiança que devem ser o fruto dum exercício bem conduzido;

3.º — Dicutir, na mais livre das criticas, as soluções adotadas. O oficial diretor procurará não impôr de maneira dogmatica sua própria solução, apoiando-a sómente em sua autoridade, mesmo sobre as disposições do Regulamento.

Seu papel deve ser de demonstrar e, sobretudo, de convencer.

Uma solução será considerada como satisfatória, quando responder integralmente à missão dada, utilizando nela os meios materiais em condições verosímeis e, acima de tudo, economisando a tropa.

Será, aliás, interessante, ao estudar as decisões tomadas, procurar no texto do Regulamento os princípios que puderam inspirá-los e de pesar as razões que ditaram as modalidades de sua aplicação.

Poder-se-á, por outra, si há cabimento, confirmar e justificar a decisão preconizada pela exposição sucinta e clara de uma ação análoga, vivida durante a guerra, ou de operações sôbre um T. O. E..

Enfim, pôde acontecer que tal como em matemática, várias soluções pareçam, à primeira vista, igualmente boas: não se deve aí deduzir que é inútil procurar a melhor: **é preciso saber tomar partido.** E' assim que se desenvolve a faculdade de pesar — muito rápidamentee — as vantagens ou os inconvenientes de cada uma das soluções possíveis, para só escolher uma dentre elas, a qual será levada à execução com toda a vontade e energia próprias.

4.º — Evitar dar à critica um tom acérbo ou irroganham, na aparência pelo menor, aqueles que não decifrigem, irá ao encontro do fim visado.

E' necessário partir do princípio que só não se enganam, na aparência pelo menos, aqueles que não decidem e nada fazem.

Haver agido constitue já uma superioridade a qual se deve levar na maior conta.

O oficial diretor esforçar-se-á, então, por estudar objetivamente a solução apresentada, fazendo abstracção de seu autor, e, em todos os casos, de tirar desta um ensinamento;

5.º — Tornar o exercício de quadros tão atraente quanto possível, diminuindo a fadiga daqueles que tomam parte, e dando aí, si puder, na partida, uma andadura de uma excursão cujo divertimento não poderia prejudicar ao valôr do ensinamento.

DAS PUBLICAÇÕES PROIBIDAS E DA DIFAMAÇÃO

E' crime militar:

Art. 141 — Todo o individuo ao serviço das forças armadas que publicar, sem licença, áto ou documento official; discutir pela imprensa áto de seu superior ou assunto atinente à disciplina militar; criticar qualquer resolução do Governo.

Art. 142 — Todo o individuo ao serviço das forças armadas, que attribuir a outro falsamente, por palavra ou escrito, fáto que a lei tenha qualificado crime, ou que imputar a outro, presente ou ausente, em reunião pública ou por qualquer meio de publicidade, fáto contrários à honra, ao brio e a deveres militares.

Art. 143 — Todo o individuo ao serviço das forças armadas que attribuir a outros vicios ou defeitos, com ou sem fatos especificados, que o possam expôr à desconsideração pública ou à da classe; ou injuriá-lo por palavras, gestos ou sinais reputados insultantes na opinião pública. (Código Penal Militar — Cap. V).

DIREITO DE OPINIAO DOS MILITARES

“Discutir ou provocar discussões pela imprensa a respeito de assuntos politicos ou militares, excetuados os de natureza exclusivamente técnica, quando devidamente autorizados (L.)” — N.º 125 do Art. 13 do Reg. Disciplinar. Eis aí, o único caso em que o regulamento cerceia a liberdade de pensamento do soldado.

A V I S O

A Gerencia da "A DEFESA NACIONAL", torna público que não lhe CABE A RESPONSABILIDADE NA DEMORA do recebimento das Revistas, pois têm sido remetidas NORMALMENTE e conforme certificado de regitro postal em seu poder.

Para que os nossos assinantes NÃO FIQUEM PREJUDICADOS pelos EXTRAVIOS VERIFICADOS, solicitamos aos Srs. Representantes que NOTIFIQUEM A GERENCIA sobre os numeros que não tenham recebido.

Outrosim, pedimos para que sejam enviadas com brevidade as ASSINATURAS PARA O 2.º SEMESTRE.

Como tenha sido grande, ultimamente, a remessa de quantias a esta Gerência, sem NENHUM ESCLARECIMENTO, embaçando a escrituração comercial, alvitramos a idéa de ser MENCIONADO NO PROPRIO ENVELOPE, (como já vem sendo feito por alguns Representantes), os fins a que as mesmas se destinam.

EXEMPLO EDIFICANTE

Relação dos bens levados a inventário de um general de divisão do Exército brasileiro: um terreno comprado por cinco contos de réis no Andaraí; 32:664\$000 em dinheiro na Caixa Economica e o direito de ultimação da construção de uma casa por uma caixa militar, no valor de réis 120:000\$000, sendo que há ainda a pagar dessa construção a quantia de 74:891\$700.

Esse general, que não tinha familia numerosa, exerceu desde os primeiros postos da carreira comissões remuneradas, inclusive no estrangeiro e desempenhou altas funções de governo.

Os produtos de suas economias aí estão expostos, com toda limpidez. Este é o exemplo comum aos servidores do nosso glorioso Exército. Carreira toda de desprendimento, abnegação, heroicidade e duro cumprimento do dever. No fim a mediania da existência, sem ostentações e requintes de conforto, a que eles se deshabituarão na árdua missão de guardas vigilantes da nossa integridade e da nossa grandeza.

O exemplo deixado pelo General Daltro Filho retrata a retidão moral do Exército brasileiro.

(Transcrito do "Jornal do Brasil" de 27.V.38).

SECÇÃO DE AVIAÇÃO

Redactor: A. S. M. ARARIGBOIA

Nosso futuro está no ar

Comandantê LEROY

Trad do Ten.-Cel. A. S. M. ARARIGBOIA

Nota do tradutor — O presente estudo feito pelo Cmt. Leroy, da M. M. F., constitue uma sintese admirável do verdadeiro papel da aviação no Brasil. Tendo chegado ao nosso país há menos de quatro meses, poude, entretanto, neste pouco tempo discernir com clareza o futuro aéreo de nossa pátria. Apresentando soluções simples e variáveis, élas aqui ficam entregues ao discernimento dos responsáveis pelo desenvolvimento das grandes possibilidades que o Brasil apresenta em relação ao problema aeronáutico.

Grande número de espiritos bem formados, ha muito tempo que se delicia predizendo para o Brasil um prodigioso futuro aeronáutico.

Profecia justificada, se considerarmos que vosso país reúne as condições naturais para que a aviação aqui possa ser utilizada em seu pleno rendimento, correspondendo a uma verdadeira necessidade em lugar de ser um simples luxo.

* * *

As características geograficas essenciaes do Brasil são, com efeito:

- sua superficie considerável;
- os obstáculos naturais variados que tornam muito dificeis os transportes por via terrestre;
- em céu geralmente sereno, com uma duração dos dias quasi contante.

Ora, o avião, pela sua velocidade, reduz consideravelmente as distancias; por sua facilidade em voar a grandes alturas, êle se ri das montanhas, dos rios, de uma flora exuberante; enfim, as condições meteorológicas habitualmente favoráveis reduzem os precalsos do vôo em uma grande proporção.

Mas outras considerações vão mostrar-nos que o desenvolvimento da aviação no Brasil, possível e desejável, é ao mesmo tempo necessário.

O interior do Brasil possui riquezas materiais de toda a natureza, conhecidas e a descobrir. O que retarda sua expansão e valorização, é a dificuldade das comunicações e transportes.

Mas, o avião é o meio ideal de ligação entre o interior e a costa, tanto para o correio como para o transporte dos pioneiros desejosos de não perderem todo o contacto com o mundo e também de mercadorias de grande valor sob pequeno volume: pedras e metais preciosos, por exemplo.

A aviação **comercial** deve pois estabelecer em futuro próximo, rêde cerrada no interior do paiz.

Por outro lado, as riquezas turísticas do Brasil são tão grandes como as riquezas materiais: do Iguassú ao Amazonas, são inumeráveis e variadas: florestas, rios imensos e tumultuosos, restos únicos de civilizações desaparecidas.

A maioria destes tesouros está ainda hoje, praticamente inacessível ou, pelo menos, as dificuldades e perigos da viagem transformam-nos em privilégio de alguns que possuem a felicidade de reunir tempo disponível, por via terrestre e fluvial, desde a partida de S. Paulo uma expedição de algumas semanas é assunto apenas de um **week-end** nos atuais aviões de turismos.

Tudo deve, pois, ser disposto para desenvolver a aviação de **turismo** no Brasil. Veremos mais adiante quaes os esforços que devem ser feitos neste sentido.

Enfim, a aviação **militar** assume neste país uma importancia particular: é praticamente impossível executar no interior transportes estratégicos de grande envergadura para Divisões de Infantaria; ao contrário,

um Exército do Ar poderoso, engajado, pode ser, em poucas horas, deslocado de milhares de quilometros e lançado novamente na batalha, permitindo ao chefe uma manobra ousada e eficaz.

Aqui ainda, um desenvolvimento considerável impõe-se no domínio aeronáutico.

* * *

Assim, pois, a aviação apresenta para o Brasil um interesse maior do que para qualquer outro país. Quaes são os obstáculos para o seu desenvolvimento?

Parece que há um único: a grande maioria da população acha a segurança do avião insuficiente e esta idéia encontra justificação no seguinte duplo motivo:

1.º — O Brasil, país geralmente acidentado e coberto de uma vegetação luxuriante é muito pouco propício à "aterrissages" de fortuna; por outro lado, êle está mal equipado em terrenos de aviação.

2.º — Os aviões geralmente utilizados não apresentam **segurança** suficiente em relação à dificuldades particulares do país.

* * *

— Criação de uma infraestrutura.

— Segurança do material de vôo, asseguradas, acreditamos, as condições primárias do desenvolvimento aeronáutico de vosso país.

Vamos estudar sucessivamente os esforços a realizar num e noutro destes domínios; esforços consideráveis, mas, que devem ser frutuozos.

A) — Criação da infraestrutura.

Não existe, na hora atual, aviação sem terrenos; eis uma servidão inevitável e que toma um caracter agudo em um país como o Brasil.

Os terrenos necessários podem ser repartidos em muitas categorias:

1.ª — Aérodromos comerciais ou militares;

- 2.^a — Terrenos de turismo (que podem servir de terreno de socorro aos aviões comerciais ou militares);
3.^a — Terrenos de socorro da aviação de turismo.

1.^o — Aeródromos comerciais ou militares.

Tais aeródromos comportam normalmente uma plataforma de grandes dimensões (se possível da ordem de 1.000 por 1.000 metros). O sólo deve ser firme e bem drenado, para permitir a "decolagem" de aviões pesados e carregados.

O terreno compreende igualmente instalações importantes: "hangares", grandes depositos de essência, oficinas de reparações, sobressalentes, meios de transmissão, enfermaria, etc..

Tais aeródromos balisam linhas comerciais ou servem de guarnição às formações da aviação militar.

E' igualmente indispensável, para poder, em caso de conflito, manobrar esta aviação militar, equipar os teatros de operações possíveis de um certo número de "bases" análogas aos aeródromos do tempo de paz; estas bases servirão provavelmente de incentivos a novas linhas comerciais ou a circuitos turisticos.

2.^o — Terrenos de turismo.

Estes terrenos estão situados sôbre todas as rôtas turisticas; êles permitem a "atterrissage" de todos os aviões de turismo ou de esporte.

Suas dimensões são normalmente de 600 metros sobre 600 metros devendo ser utilizado em todas as estações, para isto drenados e possuindo pessoal mecânico, um certo deposito de essência e de agua, um ou mais "hangares", meios de transmissões e um posto de socorro.

Certos destes terrenos são ocupados pelos aéroclubes locais e dêles ficam encarregadas as municipalidades.

Outros são situados sobre itinerários turisticos e devem fazer parte de um programa nacional de con-

junto; sôbre cada itinerário é necessário que exista um tal terreno de 300 em 300 quilômetros, mais ou menos. Estes terrenos, mesmo isolados, devem permitir às equipagens que se restaurem e que aí passem a noite; para isto devem estar munidos de um guarda do terreno. Este será um mecânico e sua casa possuirá quartos simples e limpos cujo número estará em relação com a importância do tráfico aéreo do terreno considerado. Deve ser também previsto um pessoal para preparar e servir as refeições (pessoal reduzido, em certos casos a propria familia do guarda).

Os terrenos do Correio Aéreo Militar constituem um embrião interessante dos terrenos de turismo.

3.º — Terrenos de socorro.

Nas regiões particularmente perigosas atravessados pelos itinerários turisticos, é indispensável que o aviador em dificuldade possa encontrar em cada 100 quilômetros, mais ou menos, uma faixa de terreno que permita a "atterrissage", de 300 por 100 metros, e orientada no sentido dos ventos dominantes.

E' conveniente situar estas faixas nas proximidades dos reparos naturais que facilitam sua procura pela equipagem em perigo.

Nestes terrenos haverá um cofre com fechadura de segurança contendo cartas da região, uma caixa de medicamentos de socorro, cordas e tacos para amarrar o avião em caso de tempestade, foguetes de sinâis, algumas ferramentas, 50 litros de essência, um tonel dagua, biscoitos, etc. .

Um aviador ao iniciar um itinerário turístico pedirá no aêrodromo de partida a chave de abertura dos cofres dos terrenos de socorro; êle a devolverá ao aeródromo do fim do itinerário.

O conteúdo dos cofres de socorro será verificado e re completado periodicamente.

Desde que o tráfico aéreo assim o justifique, um guarda será colocado em cada terreno de socorro.

* * *

Uma tal infraestrutura dá ao aviador de turismo uma segurança satisfatória.

Sua partida de um terreno de turismo é assinalada ao campo seguinte pelo rádio; se êle não chega dentro de um espaço de tempo normal pesquisas são empreendidas, mas 99 vezes em 100, a equipagem será encontrada sã e salva em um dos terrenos de socorro; muitas vezes mesmo, ela poderá reparar a "panne" e partir sem auxilio externo.

Da mesma fôrma, esta infraestrutura tornará total a segurança do avião de transporte, que estará constantemente em ligação rádio com um terreno situado a menos de 150 quilometros e que êle terá a quasi certeza de atingir se estiver em dificuldades.

Enfim, em certas regiões apresentando interesse militar, pòder-se-á constituir um conjunto de terrenos de base, de trabalho e de ligação, de uma grande utilidade para um início de campanha.

B) — A segurança do material de vôo.

A questão da segurança não atinge o que diz respeito ao material comercial; êste dispõe com efeito, graças à tonelagem disponível, de um equipamento completo e, pelo número de seus motores, o perigo de "panne" exigindo uma aterragem de emergência está reduzido ao mínimo. O desenvolvimento da aviação comercial no Brasil está dependendo unicamente da criação da infraestrutura e de que se poderá chamar de "mentalidade aeronáutica", mentalidade que faz com que se encare a aviação como um meio normal de locomoção e não como um aparelhamento esportivo, perigoso e impressionante.

Pelo contrário, a aviação de turismo e a aviação militar resolvem muitas vezes imperfeitamente o problema da segurança, a primeira devido a sua fraca tonelagem, a segunda em virtude das sugestões técnicas que resultam das necessidades do combate.

Entretanto, a questão apresenta-se de maneira análoga para uma e outra, se não esquecermos que durante a guerra de 1914 a 1918, 70 a 80% dos aparelhos destruídos, o foram não pelo inimigo mas por acidentes.

Ora, sobre a maior parte de vosso território (80%) a "panne" obrigando a uma aterragem de emergência equivale a uma quasi certeza de acidente muito grave.

As qualidades essenciais de um avião para utilização no Brasil parece que devem ser:

- 1.º — diminuição dos riscos de "panne";
- 2.º — limitação das consequências eventuais de panne em travessias mais ou menos longas.

I — Diminuição dos riscos de "panne".

E' uma questão de motor. O motor deve ser seguro mesmo se sua manutenção não é impecável, o que é frequente com o avião de turismo. Ha atualmente grande número de motores de turismo absolutamente seguros, desde os excelentes "GIPSY" e estes "RENAULT" cuja repugnância em vos deixar em "panne" sêca é já tradicional.

De qualquer fôrma, se o monomotor pode convir para os pequenos percursos, êle não apresenta nunca a segurança necessária à aviação militar ou mesmo para o grande turismo.

E tão evidente é isto, que no mundo inteiro a tendência atual é repartir a potência total entre muitos motores; multiplica-se por êles os perigos de "pannes", mas suprime-se as consequências dando a possibilidade de atingir um aeródromo em perfeitas condições. Numerosos turistas aéreos já bem o compreenderam.

II — Limitação das consequências de "panne".

A primeira consequência a evitar é a morte da equipagem: a velocidade de aterragem do avião deve ser

bastante fraca, até um limite em que a pilotagem se mantenha eficaz.

Este resultado não pode ser obtido senão com o auxilio de dispositivos hipersustentadores, porque, levando-se em conta a imensidade do Brasil, não se pôde conceber o turismo aéreo com um avião de velocidade de cruzeiro inferior a 200 Km/h.. Para os aviões militares, a necessidade de poder escapar do inimigo ou persegui-lo conduz a velocidades entre 400 e 300 Km/h.

Supondo-se salva a vida das equipagens, é indispensável procurar limitar os desgastes materiais uma vez que estes se traduzem, no domínio militar por uma diminuição do potencial de combate e no domínio turístico pelas taxas elevadas e uma indisponibilidade do material em consequência da espera dos sobressalentes.

E' pois indispensável que o avião de turismo como o avião de guerra sejam, em particular no Brasil, construído com materiais sólidos e experimentados. Não é vantajoso adquirir um material construído rapidamente, sem experiências rigorosas e com fracos coeficientes de segurança. As consequências mais habituais de tais erros serão as indisponibilidades frequentes e ellas se traduzem muitas vezes por acidentes em vôo que menos pressa poderia evitar. Está ao alcance de qualquer construtor pôr em circulação um avião que pareça adiantado de um ano, pelo menos, dos outros aparêlhos da mesma categoria, bastando para isto escamotear as etapas naturais, passar do protótipo para a grande série sem estudos complementares e procurar aumentar as "performances" em prejuizo da segurança.

Tais processos não devem nos espantar, porque longe de favorecer e acelerar o desenvolvimento da aviação, êles justificam, de certa maneira, a repugnância que muitas pessoas ainda manifestam em relação ao transporte aéreo.

Para responder adiantadamente a uma objeção possível, acrescentemos algumas palavras relativas ao preço de manutenção do avião de turismo.

Já se foi tempo em que o avião de turismo era um luxo ao alcance de alguns privilegiados da sorte.

Hoje já não acontece o mesmo, quando um bom avião de turismo vale o mesmo preço que um automóvel de luxo, convindo ainda contar com o cambio atualmente baixo em certos países produtores.

Enfim, as despesas ocasionadas pela compra e manutenção de um avião são compensadas largamente no Brasil pela diminuição de duração e dos fretes acessórios da viagem (diminuição na relação média de 1 para 20 no interior do país) e por um prazer e conforto bem superiores.

Parece pois que a questão não deve entrar em linha de conta em vosso país: aquele que se pode permitir fazer turismo no Brasil, pode fazê-lo em avião.

Além disso, pouco a pouco, na medida da extensão do tráfego aéreo, os preços abaixarão tanto para o material como para as lições de pilotagem e o número de turistas aéreos crescerá progressivamente.

* * *

No estudo precedente procuramos desvendar as condições básicas do desenvolvimento aéreo do Brasil.

Não pretendemos que sua realização baste automaticamente para alcançar este desenvolvimento.

E' preciso também, e ao mesmo tempo, formar na opinião pública a mentalidade favorável do Ar.

De qualquer fôrma, uma infraestrutura nacional judiciosamente estudada, aparêlhos civis e militares de construção robusta e segura, com um grande afastamento de velocidade si possível bimotores, eis duas condições inelutáveis.

Quando elas estiverem cumpridas, aí então a pátria de SANTOS DUMONT poderá pretender ocupar no domínio aeronáutico o lugar que justificam o seu passado, suas riquezas e sua imensa e variada extensão territorial.

A DEFESA NACIONAL

é do Exército

Trabalhar para ela é trabalhar

para o Exército

MANDEM SUAS

COLABORAÇÕES

SECCÃO TÉCNICA E INDUSTRIAL

Um rapido estudo (subsídio) sobre o F. M. Modelo Brasileiro, 1932

Continuação

Pelo 1.º Ten. JOSE' RUBENS BOTELLI

ANNEXO A'S NOTAS SOBRE A INSTRUÇÃO DAS ESCOLAS DA PEÇA E DA SECÇÃO DE METRALHADORAS MADSEN

Distribuição do material de transporte, inerente á Metralhadora Madsen, pelos homens da Secção.

Cabos e chefes de peça — Uma bolsa d'agua.

Atiradores — Uma bolsa d'agua, um estojo com espelhos periscopicos, e uma sacca-estojos.

1.os municidores — Duas bolsas d'agua e um estojo de accesorios.

2.os municidores — Duas bolsas d'agua.

Remunicidores — Uma bolsa d'agua cada um.

Observações — O cinturão "Mills" do atirador será identico ao do official, porém, desprovido do porta pistola e portabinoculo. O do 1.º municidor é identico ao do atirador, com a differença de conduzir porta-pistola.

EMPREGO DA METRALHADORA MADSEN COMO F. M. NO GRUPO DE COMBATE

1. PARTE

Durante o mez de Julho do corrente anno, esteve neste R. I. o Snr. Capitão WITH SEIDELIN, representante da Fabrica de Armaamentos Madsen, ministrando ás praças da C. M. R. deste Corpo instrucções, de accordo com uma organização, apresentada pelo mesmo, a ser dada á Cia. de fuzileiros, tendo em vista o novo Armaamento e respectivo material de transporte em cargueiros e pelos

(1) Publicado na ortografia etimológica por se tratar de continuação de artigo já iniciado na antiga ortografia. (N. de R.).

homens. O documento, que diz respeito a esta parte, acompanha o presente relatório. Quanto aos inconvenientes, que tanto trariam esta referida organização e a respectiva instrução ao nosso Exército, não os enumeraremos todos, visto serem os mesmos ressaltados á primeira leitura de qualquer autoridade militar.

Assim é que, uma Cia. de fuzileiros, com a organização, conforme documento anexo, resultaria para o G. C., sem nos estendermos aos escalões superiores, uma diminuição sensível de seu poder combativo, em face do numero de fuzis ordinarios, que, neste caso, seria a metade do conduzido pelos homens do grupo, com a actual organização; isso tudo, sem levarmos em consideração os diversos mistéres, impostos a tal fracção de tropa pelas variadas situações de combate (sentinellas, patrulhas, etc.). Em 1921, sobre identico assumpto, o Snr. General Tasso Fragoso, então Director do Material Bellico, assim se manifestou nas "Instrucções provisórias para o uso do equipamento do fuzil metralhadora Madsen" . . . "A Directoria do Material Bellico entregou-se a essa tarefa ouvindo o E. M. do Exército a Missão Militar Franceza.

Em vista das informações desta sobre a impossibilidade e inconveniencia de se levar um cargueiro á linha de fogo, accitou a Directoria a suggestão apresentada por ella e approvada pelo E. Maior, para que as bolsas dispostas sobre a cangalha, fossem distribuidas peos municidores da esquadra da arma automtica . . ."

Accrescem, ainda, a tudo isso as despezas de grande monta, que se originaram de tal organização, não só, em tempo de paz, como, principalmente, no de guerra, e os inconvenientes, oriundos da adopção dos equipamentos de sola, que acompanham as metralhadoras Madsen, já enunciadados em outro local.

Em verdade, a adopção pelo nosso Exército d'uma unica especie de armamentos automaticos traria grandes vantagens, no que concerne á simplicidade e em consequencia, á comprehensão rápida da instrução, pela tropa. Partindo desse principio, resolve mos, aqui, estudar o modo de como podemos armar o G. C. com a metralhadora Madsen, utilizada como F. M..

2.ª PARTE

Muito embora o F. M. Madsen pese 9 kg. 600, mais 2,10 kgs. do que o Hotchkiss, elle pode ser, perfeitamente, conduzido pelo G. C., além de ser superior ao seu congenere, sob o ponto de vista das condições technicas. O que podemos considerar fór

de cogitação é o facto de se empregar no G. C. a Madsen, acompanhada do reparo, cartucheiras, equipamentos de sola, etc., pois, assim, teríamos um grupo mixto, sob o ponto de vista dos equipamentos (de sola e "Mills"), e pesado, em consequencia do material que os homens teriam de transportar, além de resultar um maior numero de mochilas a ser conduzido no T. C. da Cia.. Um municiador, por exemplo, que conduzisse duas cartucheiras a tiracollo, transportaria 16 kg.500, além da mochila e demais pertences. O emprego do reparo torna possível ao F. M. Madsen, a execução dum tiro protector preciso e muito efficaz, executado pelas unidades de Infantaria, porém o seu emprego na offensiva está subordinado ao importante factor terreno (obstaculos naturaes, que mascarem os movimentos, exigidos para o armar do reparo e collocação da metralhadora, abrigos, etc.), que, mui raramente, permite, encontrarem-se pontes, satisfazendo ás condições de mascaramento contra as vistas inimigas, ou ás de abrigo, exigidas ás operações de entrada em posição, muitas vezes proximo ao inimigo e sob intenso fogo deste.

Accresce, ainda, que qualquer fracção detida, momentaneamente no decurso de um ataque (por exemplo), lança mão de sua ferramenta, para melhorar as cobertas naturaes do solo, crear abrigos individuaes ou elementos de trincheiras (n.º 236 — R. E. C. I. — 2.ª Parte). Ora, nesse caso, em terreno desprovido de obstaculos, não é possível ao G. C., n'uma offensiva, provido, unicamente, de ferramentas de sapa portateis, construir um abrigo ligeiro, que seja, para o F. M. Madsen, sobre reparo, e sim para o F. M. fóra deste ultimo.

Assim sendo, vemos, desde logo, que a conducção do reparo, no G. C., não approva, em face do acima exposto, que resalta acontecer ao 1.º municiador ter de transportar o reparo, sem poder utilizar-se do mesmo, na execução do fogo da Madsen, a não ser em circunstancias especiaes e favoraveis ao grupo. E' bem verdade que o F. M. Madsen, sobre o reparo, póde, em vista de seu pouco peso (23 kg.), ser transportado por um só homem, porém é de mistér lembrarmo-nos não se adaptar a todos os pontos do terreno uma unica posição do reparo (alto, baixo, etc.). Justamente, as operações necessarias para a perfeita adaptação da altura do reparo (normal, baixo, etc.) ao terreno, n'uma offensiva, mesmo que o F. M. Madsen não seja separado do reparo, requer tempo, o que, além de outros inconvenientes, prejudica a observação do atirador sobre o inimigo, a instantaneidade na abertura do fogo, etc.. Isso, no

entanto, não acontece, quando o F. M. Madsen é empregado fóra do reparo, visto poder ser utilizado até como fuzil ordinario, resultando ser o seu emprego, como F. M., o que, melhormente satisfaz ás multiplas exigencias do combate ofensivo do G. C.. O mesmo não se dá com relação á defensiva, quando o F. M. Madsen é empregado sobre o reparo, pois, em se tratando de combate de posição, as dificuldades, que se apresentam no combate offensivo, aqui se annullam. Na defensiva, o emprego do reparo permite ao defensor, com fracos efectivos, manter frentes extensas, a execução de tiros á noite, concorrendo, dest'arte, para o augmento de potencia de fogo d'uma tropa. Uma Cia. de fuzileiros, na deefnsiva, dotada de reparos para os F. M. Madsen, pode, em igualdade de condições, cumprir diversas missões, que são inherentes ás Cias. de Mtrs. Pesadas (Hotchkiss).

3.ª PARTE

Não sendo possivel os homens do G. C. conduzirem o material (cartucheiras, equipamentos), que acompanha a distribuição, aos Corpos de tropa, da metralhadora Madsen, conforme ficou dito no principio da 2.ª parte deste relatorio, foi resolvido pelo Snr. Cel. Cmt. deste Regimento a confecção, nas officinas deste R. I. do material, sob a direcção dos membros da commissão, relativo á adaptação do citado armamento ao grupo.

Em vista do peso de um carregador cheio, a 32 cartuchos, para o F. M. Madsen ser de 1kg.300, encontrou-se a commissão ante sérios obstaculos, para resolver o magno problema de não sobre-carregar o infante, pois estava em jogo, igualmente, o importante problema da quantidade de munição para a arma automatica, ser transportada pelo G. C..

Assim sendo, um das unicas soluções viaveis, encontradas para o caso em apreço, fois a de se dotarem todos os homens da esquadra de fuzileiros, inclusive o cabo, de um bornal, semelhante ao conduzido pelo actual atirador do grupo, armado com o F. M. Hotchkiss, cuja capacidade comporta 8 carregadores para F. M. Madsen. O typo de bornaes confeccionados differe, um pouco, do de seus congeneres, principalmente, no que se refere á resistencia.

Quanto ao F. M. Madsen, nas mesmas officinas, foi confeccionada uma capa, cuja parte correspondente ás costas do atirador é forrada ,interiormente, de uma peça de sola para evitar que partes salientes da arma venham a magoar as costas do mesmo, durante

o transporte. Outrosim, foi provida de duas bandoleiras, dispositivo este que permite a condução da arma, quer sobre um dos hombros (em bandoleira), quer sobre os dois, ou, ainda, a tiracollo, oferecendo, portanto, grandes facilidades para o transporte.

O equipamento dos fuzileiros seria o actualmente adoptado, isto é, o "Mills", sendo que apenas o cinturão do atirador seria identico ao do official, com a differença de, somente, conduzir bernal e cantil (sem os porta pistola e binoculo). As mochilas do atirador e do 2.º municador, sómente seriam transportados no T. C. da Cia..

As cartucheiras de sola, que acompanham a metralhadora Madsen, seriam substituidas pelos bornaes do typo dos confeccionados neste R. I.. O 2.º municador conduziria o cano sobressalente da arma automatica. Levando-se em consideração o que foi explanado, na 2.ª parte deste relatorio, sobre os inconvenientes e vantagens da utilização do reparo, na offensiva e defensiva, poder-se-ia prover cada pelotão de um repado, num total de tres, que seriam transportados no T. C. da Cia., afim de serem empregados, quando a mesma se encontrasse em situações de combate, que permittissem o seu emprego, resultando, dest'arte, o augmento de potencia de fogo da Cia., com a utilização de alguns F. M. Madsen, sobre reparos, conforme já foi dito.

A seguir apresentamos um quadro demonstrativo sobre os equipamentos, dotação de munição, etc., dos homens do G. C..

DISCRIMINAÇÃO DAS LETRAS DO QUADRO ANTERIOR

- a) Equipamento "Mills" completo, comprehendendo: cinturão, com 60 ou 90 cartuchos (vêr quadro) e demais pertences; mochila, onde são conduzidos o capote, 1/2 panno de barraca, marmita, armação de barraca, ferramenta de sapa, manta e o fardamento regulmentar.
- b) Cinturão "Mills" identico ao do Official, isto é, não conduz porta-binoculo e porta-pistola; sómente o bernal e cantil. Na columnna correspondente ao seu peso, acham-se incluídos tambem os pesos do capote e da ferramenta de sapa, transportados pelo atirador.
- c) Essa munição é transportada pelos homens na imminencia do combate. Antes é transportada nas viaturas do T. C. da Cia.

- O numero de cartuchos da viatura de munições da Cia. permite elevar a dotação de cada homem a 90 cartuchos.
- d) As granadas são distribuidas aos volteadores, antes do ataque, de accordo com a natureza das resistencias inimigas. A dotação registrada corresponde a um volteador, como a munição para a arma automatica, transportada pelos remuniçadores. Os bornaes para o transporte das granadas são, em principio, distribuidos aos remuniçadores, ou aos homens encarregados, no momento, do transporte do material.
 - e) Na columna "peso total", acham-se englobados os pesos de todo o material, que conduzem os homens, e do armamento respectivo.
 - f) Todos esses pesos são aproximados, pois, além de dependerem da precisão das balanças, ainda variam em relação ao proprio material (materia prima, modelo de confecção, etc.).
 - g) Não estão incluídos os pesos das granadas de mão e de fuzil. Pesando as granadas de fuzil 0,475 grs., as de mão offensivas 0,250 grs e as defensivas 0,660 grs., basta multiplicarmos estes pesos respectivos, pelo numero de granadas, que transportarem, para, somados ao peso total, termos o quanto conduz cada homem.

Observações:

A) — Em verdade, o peso total, que carrega um infante, em nosso caso, vae além do normal, porém é de mister lembarmos de que elle só attinge a esta carga total, na imminencia do combate e não durante as marchas (vêr item c).

B) — As presentes suggestões não modificam o que já se acha prescripto em nossos regulamentos sobre o combate, a não ser insignificantes modificações a se introduzirem, no que diz respeito ás funcções de alguns dos homens da esquadra de fuzileiros, que, em quasi nada, alteram o actual R. E. C. I. (1.ª Parte).

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE EM FACE DO QUADRO DEMONSTRATIVO ANNEXO

I — Considerando:

a) -- que a cadencia de tiro do F. M. Madsen é mais rapida do que a de seu congenere Hotchkiss;

b) — ser apreciavel o peso de um carregador, com os 32 cartuchos, de F. M. Madsen, (1,300 kgs.);

c) — que, em consequencia do item anterior, os homens da esquadra de fuzileiros ficam sobrecarregados de peso, que vae além do normal, com o transporte da referida munição para a arma automatica;

d) — que, em virtude de seu modelo, occupa maior espaço que dois carregadores do Hotchkiss, a quanto corresponde, no acondicionamento para o transporte.

II — Chegamos ás conclusões abaixo:

1) — ser necessario á esquadra de fuzileiros o transporte de maior quantidade de munição, quando armado com o F. M. Madsen;

2) — sómente conduzirem os homens, durante as marchas, uma quantidade diminuta de munição para a arma automatica, devendo a differença, que falta ao complemento da dotação regulamentar da citada esquadra, ser conduzida no T. C. da Cia., munição esta que seria distribuida aos homens, quando a Cia. se encontrasse na imminencia do combate;

3) — que a Cia. devia ser dotada de duas viaturas, no minimo, para o transporte de munição de infantaria, ao envez de uma, como actualmente, pois, em vista do acima exposto, esta não mais satisfará ás condições de transporte da munição regulamentar, deficiencia, aliás, que camparhas passadas já têm resaltado, com o proprio armamento e munição actuaes.

Os animaes de tracção dessas viaturas deveriam ser dotados de arreiamentos especiaes e cada uma dellas conduzir estribos, em numero de tres, que permittissem o transporte da munição sobre os mesmos. Este dispositivo viria remediar, em parte, as difficuldades, que se apresentam á tropa, a cada passo, principalmente, em terrenos accidentados, quando os mesmos exigissem grande afastamento entre a posição de descarregamento das ditas viaturas e o posto de remuniciamento duma Cia., por exemplo.

1.º REGIMENTO DE INFANTARIA

COMPANHIA DE METRALHADORAS REGIMENTAL

Notas sobre a nomenclatura do arreiamento regulamentar, para o transporte em cargueiros da Metralhadora Madsen e respecti-

va munição ,a serem transmittidas ás praças da C. M. H., até ulterior regulamentação do assumpto, e organizadas pelo 1.º Tenente JOSE' RUBENS BOTELLI.

MATERIAL DE TRANSPORTE

NOMENCLATURA DO ARREIAMENTO

O arreiamento regulamentar, para o transporte em cargueiros de Metralhadora Madsen e da respectiva munição, consta de:

- 1.º) — Arreios
- 2.º) — Cangalhas.

1) — ARREIOS.

Os arreios são constituídos das seguintes peças:

- a) — Cabeçada.
- b) — Bridão.
- c) — Redeads.
- d) — Peitoral.
- e) — Retranca.
- f) — Raios
- c) — Cilha.
- h) — Arreata.

A) — Cabeçada:

Na cabeçada notam-se:

1.º — Cachaceira — Correias que passam por trás das orelhas do animal e se ligam ás faceiras, por suas pontas.

2.º — Testeira — Correia ligada á cachareira e siggola, por suas alças.

3.º — Faceiras — Correias, em numero de duas, independentes entre si, com fivellas e passadores. Uma das correias é costurada ás argolas da focinheira e a outra, ligada ás do bridão, por intermedio de suas pontas, com fivellas.

4.º — Focinheira — Correia que liga as faceiras. A sua parte posterior é provida de uma argola, á que se prende a charneira da arreata.

5.º — Siggol — Correia, com uma fivella e um passador, que passa pelas alças da testerira.

B) — Bridão:

Nelle notam-se:

1.º — Argolas — Peças de metal branco, em numero de duas, que penetram nos olhas do bocado.

2.º — Bocado — E' constituído de dois braços articulados, com olhaes para as argolas, de metal branco.

C) — Redeas:

Tiras de sola, terminando em cada extremidade por uma ponta com fivella e dois passadores, por meio das quaes se prendem ao bridão.

D) — Peitoral:

Passa pelos encontros do animal e é constituído por uma tira simples de sola, forrada por uma outra dupla de couro atinado, terminando, em cada extremidade, por uma meia-argola de metal amarello, onde está costurada uma ponta de sola, por meio das quaes se prende ás fivellas da cangalha. Nelle notam-se duas charneiras, com fivellas e um passador, costuradas, respectivamente, em meia-argola. As charneiras se afivellam nos raios da cangalha.

E) — Retranca:

E' de constituição identica á do peitoral.

Nella notam-se:

1.º — Recuadeiras — Duas tiras de sola, que se prendem ás fivellas da cangalha.

2.º — Carneiras — Em numero de quatro, com fivellas e um passador, costuradas em meia-argola e que se afivellam nos raios.

F) — Raios:

São tiras de sola. Compreendem:

a) — Dois do peitoral.

b) — Tres da retranca.

Os raios do peitoral são costurados nas meia-argolas da parte anterior das placas e terminam por pontas, que se afivellam nas charneiras do mesmo.

Dois raios da retranca terminam por pontas, com fivellas e dois passadores, que se prendem nas meia-argolas da parte posterior das placas, e nas outras extremidades, por pontas, que se afivellam nas charneiras. O raio da esquerda, a partir do primeiro passador até á sua parte media, onde se encontra a abertura de passagem do raio da direita, é de sola dupla.

O terceiro raio, cujas extremidades terminou por pontas, que se afivellam nas charneiras da retranca, proximas ás recuadeiras, possui, em sua parte media, a **palmatoria** — peça de sola acolchoada — onde se dá o cruzamento dos tres raios.

G) — Cilha:

Notam-se nella:

1.º — Barrigueira — Ella se ajusta á barriga do animal.

E' constituída por quatro tiras de lona trançada, costuradas, duas a duas, nas charneiras e ligadas por duas tiras duplas de sola.

A barrigueira possui, em cada extremidade, dois passadores de soia.

2.º — Charneiras — São pontas de sola, com fivellas, em numero de quatro, destinadas á prisão da cilha ás argolas de ferro da placa.

H) — Arreata:

E' constituída de:

1.º — Fiador — Peça de sola, terminada em argola, uma na sisoleta e outra na focinheira, para prisão da guia.

2.º — Guia — Peça de corda de manilha, terminada em argola n'uma extremidade e destinada a puxar o animal, sem emprego do bridão.

II) — CANGALHAS.

As cangalhas são apropriadas ao transporte da metralhadora Madsen, reparo, munição e mais material de serviço das metralhadoras.

A cangalha pesa 13,050 kgs. e comprehende:

a) — Armação de ferro.

b) — Sellote articulado.

A) — Armação de ferro:

A armação de ferro destina-se a receber o material, que deve ser transportado e dividir seu peso no lombo do animal.

Compreende:

- a) — Arçãos.
- b) — Travessas.
- c) — Placas.

1.º — ARÇÕES.

Peça de ferro em forma de arcadas, formando as partes deanteira e trazeira da cangalha. Possuem, soldadas ás suas extremidades, espigões arrebitados, em torno dos quaes se articulam as placas, por intermedio de suas braçadeiras.

No **arção anterior** nota-se o suporte da metralhadora, ou reparo, constituido por duas barras de ferro paralelas, fixas ao arção, e dus outras moveis.

A parte anterior e superior das fixas, é provida, cada uma, de uma argola fixa, sendo que em a da esquerda está costurada uma tira de sola, com fivella e um passador, e na outra, uma ponta de sola, que se destinam á fixação da metralhadora, ou do reparo.

As barras, pela sua parte superior, são ligadas por uma travessa de ferro, que tem a sua parte média revestida por uma peça de sola e cujas extremidades terminam em duas hastes.

Cada barra possui, lateralmente, um parafuso fixo, com mola em espiral, uma borboleta, uma arruela movel e outra fixa, que impede o retirar da borboleta.

As outras duas barras moveis são, em sua parte superior, recurvadas para o interior e revestidas de uma peça de sola, terminando, inferiormente por duas orelhas, com olhaes, atravessadas por um eixo, que se articula em seu respectivo suporte fixo ao arção.

Notam-se, ainda, em cada barra, um olhal para a passagem do parafuso e dois recortes, que deslisam nas hastes da travessa.

No **arção posterior** notam-se duas barras de ferro paralelas, fixas ao mesmo e recurvadas para a retaguarda.

São ligadas, pela sua parte superior, por uma travessa de ferro, ligeiramente recurvada em sua parte media e revestida por uma peça de sola. Ha em cada extremidade da travessa uma argola fixa, sendo que a da esquerda possui uma tira de sola, com fi-

vella e um passador, e a da direita, uma ponta de sola, que se destinam á fixação da arma, pela camisa, á altura da alça de mira, ou do reparo, entre os reforços lateraes e a presilha do parafuso de elevação. Dois resaltos revestidos de sola, encimam a travessa.

2.º) — TRAVESSAS.

Peças de ferro que ligam os arções entre si.

Servem de supportes para as cartucheiras de munição.

Notam-se nellas os ganchos, em numero de quatro, providos de retem de metal amarello, com mola, para prisão das cartucheiras.

3.º) — PLACAS.

São formadas por duas laminas de ferro, presas ao sellote articulado por peças de sola, e articuladas nos respectivos espigões dos arções, por intermedio de suas braçadeiras, para que se possam adaptar, convenientemente, o lombo do animal. Nellas notam-se as argolas para a prisão da cilha e as meias-rgolas para prisão dos raios do peitoral e os da retranca.

B) — Sellote articulado

E' constituido por duas abas de sola inteiriça, ligadas por intermedio das placas e dos arções, e de dois suadouros de lã.

Notam-se nelle:

1.º — Correias de fixação das cartucheiras de munição.

2.º — Fivellas, na parte anterior, onde se prendem as pontas do peitoral e, na parte posterior, as que prendem as recuadeiras da retranca.

Nota — As presentes "Notas" foram calcadas, em parte, nas "Instrucções sobre arreamento de tracção para viaturas de um a quatro animaes" e nas "Instrucções provisórias da metralhadora automatica Hotchkiss".

ESQUADRA DE FUZILEIROS

- 1) — Cabo commandante da esquadra.
- 2) — Primeiro municizador.
- 3) — Atirador.
- 4) — Segundo municizador.
- 5) — Remunicizador.
- 6) — Remunicizador.

B) — MANEJO

Divide-se em tres partes distinctas:

- 1) — Collocar o carregador;
- 2) — encher a machina de carregar;
- 3) — encher o carregador.

1) — Collocar o carregador.

Com a mão direita, toma-se o carregador e se o introduz no receptor da machina, de modo que o bico e a armella do bocal do carregador correspondam aos seus respectivos alojamentos. A mão esquerda, durante o encher do carregador, que se apoia sobre este ultimo, levanta, antes dessa operação, o retem da mola do carregador.

2) — Encher a machina de carregar.

Colloca-se a machina de carregar sobre uma mesa, ou sobre qualquer parte plana de um objecto, de modo que o resalto da machina se apoie de encontro a uma das extremidades. Com a mão direita, traz-se á retaguarda, completamente, o embolo. Em seguida, tomam-se dezeseis cartuchos, que são collocados em seu alojamento, na machina, pelos recortes de passagem dos cartuchos, ou por uma parte qualquer do corpo da mesma. Para o enchimento de um carregador, essa operação é feita duas vezes (32 cartuchos).

3) — Encher o carregador.

Executada a operação do encher da machina de carregar, segura-se, com a mão direita, o punho do embolo e, num impulso rapido, introduzem-se os cartuchos no carregador.

O acto de se encher um carregador (32 cartuchos) não vae além de 50 segundos.

(1) Organizado pelo Cap. Eduardo Peres Campello de Almeida e 1.º Ten. José Rubens Botelli.

O alcance militar e esportivo da alcalinização artificial

Cap. Dr. ERVIN WOLFFENBUTEL

Em "Deutsche medizinische Wochenschrift" número 19 de 1937, o Professor DENNIG publica, sob o título "Yeber Steigerung der körperlichen Leistungsfähigkeit durch Eingriff in den Säuresbasenhaushalt", as mais interessantes experiências e considerações que podem ter em sua aplicação prática larga repercussão sobre o rendimento esportivo militar e do trabalho físico em geral.

Inicialmente elas nos permitem declarar que o rendimento físico é notavelmente *diminuído, acidificando-se* artificialmente os humores antes do exercício; e que, ao contrário a *alcalose* artificial, provocada antes do exercício, é capaz de aumentar o rendimento físico, segundo os individuos, de trinta a cento por cento.

Em "Münchener medizinische Wochenschrift", número 29 de 1937, o Dr. med. e phil. WALTER BRAUN, ginecologista de Berlim, volta ao mesmo assunto com um trabalho intitulado "Verhütung und Behandlung der Depressionszustände vor und während der Menstruation mit Antazid", chamando a especial atenção para as consequências psíquicas depressivas da acidose e eufórica da alcalose, expontanea a primeira nas proximidades e durante a menstruação.

Já o Dr. F. HOFF, em seu trabalho "Über Aenderung der seelischen Stimmungslage bei Verschiebung des Säurebasengleichgewichts", publicado pela "Münchener medizinische Wochenschrift", pagina 1.478 de 1935, se ocupava com o mesmo assunto, e o Professor DENNIG pode, artificialmente provocar, a vontade, numa mesma pessoa, os estados depressivos ou eufóricos, administrando-lhe, respectivamente, cloreto de amonio ou alcalinos, isto é, provocando *acidose* ou *alcalose* artificial.

Depressão física ou psíquica como consequência da *acidose*, e euforia com melhoria do rendimento físico até cento por cento,

como consequência da *alcalose*, são-nos, pois, suficientemente conhecidos para que possamos tirar destes novos conhecimentos as ilações práticas para o esporte, o trabalho militar e as atividades físicas e psíquicas em geral.

Si quizermos uma tropa que venha tornar-se facil prêsa do cansaço, uma equipe esportiva ou de trabalho, que ofereça pouca resistência, bastará não cuidar de sua alimentação permitindo-a acidificante, em vez de alcalinizante dos humores ou administrar aos homens que a compõem, um pouco de cloreto de amonio (acidificante por excelência).

Si, ao contrário, nos fôr grato retardar a fadiga e removê-la mais rãpidamente, uma vez presente, o alimento deverá ser escolhido entre os alcalinizantes, entre os quais o feijão de soja representa o máximo conhecido, e, sobretudo, lançar-se-á mão da alcalinisação artificial.

As experiências até hoje foram realizadas exclusivamente no homem, mas é de supôr que os animais, o cavalo, por exemplo, quer de corrida, quer de tração, quer de montaria, sejam igualmente beneficiados em seus rendimentos, pela alcalinização e prejudicãdos pela acidificação alimentar ou artificial dos humores.

O alcance de uma tal noção sobre o rendimento esportivo e as campanhas militares, onde é de admitir, pela alcalinisação prévia se possa qual no homem, duplicar o rendimento do cavalo, retardando a fadiga, não necessita ser encarecido.

E' verdade que um tal rendimento não pode ser mantido, por causa da acidose reacional, que breve se instala e da qual falaremos a seguir.

Mas o fato é que, em dado momento, o "training" artificial pode vitoriar uma corrida ou ganhar uma batalha, ou estabelecer uma comunicação, cousa que, *normalmente*, teria sido impossivel realizar.

E' altamente interessante verificar que, aquilo que, pelo "training" se consegue lenta e progressivamente, obtem-se pela alcalinisação artificial em poucas horas ou em poucos dias, — isto é, a elevação da reserva alcalina.

Com isto não apregoamos a substituição do "training" pela ingestão de alcalinos, ou a alimentação alcalinizante, pois a reserva alcalina não é o unico *meio* de aumentar o rendimento, bas-

tando lembrar a sinergia muscular que o "training" aprimora e torna economica.

Que não é uma simples questão de reserva alcalina a do "training", basta para demonstra-lo que o calceteiro se cança ao remar e o remador ao calçar.

A reserva alcalina num e noutra trabalho é, contudo, a mesma. Também não é uma simples questão de grupos de musculos a empregar, mas, justamente, de sinergia muscular mais perfeita no trabalho costumeiro, isto é "treinado", com pequeno ou nenhum dispendio inutil de energia.

O "training" guarda todo o seu valor sem negar o da alcalinização artificial.

Si nos individuos treinados a alcalinização artificial consegue ainda melhorar, o seu rendimento é uma interrogação.

A nossa Escola de Educação Física, que trabalha com métodos científicos poderá esclarecer o assunto.

Referimo-nos, acima, à alimentação alcalinisante e dissemos que a mesma não póde substituir a alcalinisação artificial.

Com efeito, mesmo com a *alimentação mais alcalinisante* (Soja), não se conseguem os resultados da alcalinisação artificial.

A alcalinisação artificial tem uma técnica de que o Professor DENNIG não faz segredo e a qual precisa ser observada para que os resultados atinjam o máximo.

Sem duvida poderíamos empregar todos os dias uma quantidade de bicarbonato de sodio, suficiente para instaurar a alcalose e prosseguir na sua administração, enquanto quizessemos elevado o rendimento muscular do homem (ou do animal)..

Este modo cego de proceder bem breve, porém, dar-nos-ia resultados inconstantes e até mesmo *antagonicos aos buscados*.

Quanto à natureza do sal, DENNIG, fez experiências em série.

São eficazes tanto o citrato como o bicarbonato de sodio, como os sais de potassio, sob a mesma fórmula; mas cada um tem os seus inconvenientes, nos efeitos secundários que provoca, de modo que, com uma mistura de sais de potassio e sodio é que se obtem os melhores resultados, com os menores inconvenientes.

Esta mistura pode ser administrada em pó, sob a fórmula de comprimidos ou de cápsulas, para contornar-lhe o mau gosto.

DENNIG em seu trabalho, formúla como se segue:

Bicarbonato de sodio, 3,50; Citrato de sodio, 5,00; Citrato de

potassio, 1,50; Ol, carvi, II gotas para melhorar o gosto. — Para um papel.

O resultado ótimo da alcalose é obtido no 2.º ou 3.º dia após a refeição, uma das doses acima e isto durante 1 ou melhor dois dias.

Pelo menos cinco horas antes do exercício deve ser suspensa a administração.

Após o exercício, devem ser tomados ainda um a dois papéis.

Com intervalos, o ensaio pôde ser repetido indefinidamente.

E' esta a técnica de DENNING e as razões são as seguintes: com a continuação da administração alcalina, instala-se uma *acidose reativa*, que *neutraliza* a alcalose artificialmente obtida.

Por sua vez, a *suspensão brusca dos alcalinos* deixa livre a acidose reativa, com efeito contrário, deprimente, em vez de eufórico e tônico do estado alcalótico.

Além disso, mais uma ou duas doses do alcalino, após o exercício favorecem mais rápido restabelecimento das forças.

A alcalinização preventiva é ainda a profilaxia da fadiga nos rendimentos menores.

Em resumo: os mui interessantes trabalhos do Professor DENNING e WALTER BRAUN, ensinam-nos que com a ingestão de doses adequadas, sob fórmula adequada, durante um tempo adequado, de alcalinos, podemos:

- 1.º — Elevar a tensão psíquica do homem;
- 2.º — Melhorar o seu rendimento físico de quarenta a cento por cento;
- 3.º — E, provavelmente conseguir identicos resultados nos animais (por exemplo: cães de caça, galos de rinha, bois, cavalos de corrida, de tração, de montaria, etc.).

O alcance militar e esportivo destas noções é evidente.

MISÉRIAS HUMANAS

Por que te afliges si te não sucede o que queres e desejas? Quem é que tem todas as coisas à medida do seu desejo? Por certo, nem eu, nem tu, nem homem algum sobre a terra.

Ninguém vive no mundo sem alguma tribulação ou angustia, ainda que seja rei ou papa.

(Imitação de Cristo — Liv. I, Cap. XXII).

NOTICIÁRIO E VARIEDADES

Os arrendamentos de terra na fronteira (*)

Pelo Dr. Moura Carneiro

Terminam em 31 de Dezembro os arrendamentos do Estado de Mato Grosso à companhia argentina "Mate Laranjeira". A sua renovação, de certo não se fará, uma vez que isso, já agora, depende de autorização do Senado e de audiência do Conselho Superior de Segurança Nacional. Este será chamado a opinar porque as terras arrendadas àquela Empresa estão situadas dentro da faixa de cem kilometros ao longo da fronteira paraguaia. Esses arrendamentos foram renovados em 1926 pelo prazo de dez anos. São, porém, contratos que, embora modificados, datam de 1894 e 1895. Então a Companhia "Mate Laranjeira", presidida por Francisco Murtinho, arendou do Estado de Mato Grosso no governo de Manoel Murtinho, irmãos ambos de Joaquim Murtinho, naquela época Ministro da Viação de Prudente de Moraes, todos os terrenos hervatarios comprehendidos entre os rios Santa Maria, Ivinhema, Paraná e as serras de Maracajú e Amambahy, numa área muito superior a tres milhões de hectares.

Graças à colaboração dos tres irmãos, todo o antigo municipio de Ponta Poran, em troca de anuidades irrisórias, e pelo prazo de 16 anos a contar de 1900, foi entregue à Companhia recentemente incorporada. O estranhável é que, não obstante os referidos contratos só começarem a vigorar em 1900, a Empresa se imittisse, imediatamente, na posse dos hervais, explorando-os, até àquella data, a titulo gratuito. Não há duvida que por tais serviços prestados à prosperidade de Mato Grosso a

(*) Dirigido ao Conselho Superior de Segurança Nacional em 1937.

memoria dos tres irmãos só pôde ser reverenciada por quantos mourejam nos descampados, sobre as serras e nos vales do Sul do Estado. . .

Em 1916 esses contratos foram renovados, sendo, porém, a área do arrendamento reduzida, não obstante e mercê de grandes agitações politicas, a 1.440.000 hectares.

A SEGURANÇA NACIONAL

Agora, depois de 54 anos de exploração dos hervais, porquanto sua primitiva concessão, reduzidissima, aliás, e sob severas condições, data de 1882, novamente a Mate Laranjeira chega ao termo de seus arrendamentos. Novamente, de certo, pleiteará junto aos poderes públicos uma renovação de contrato, alegando, entre outras cousas, beneficios imaginários, a despeito dos males que semeiou à mão cheia. Os nós dos dedos de seus serviçais, a esta hora, percutem em todas as portas. Ha, porém, entre os óbices a vencer, a barreira erguida pelo artigo 130 da Constituição, investindo o Senado da República do dever e do direito de examinar todas as concessões de mais de 10 mil hectares, acautelando, assim, o bem estar das populações rurais, e, no caso, também prevenindo contra surpresas soêzes a segurança nacional. Não é possível a defesa eficiente da fronteira meridional de Mato Grosso nas suas condições presentes. Impossivel é comandar a sua defesa sem contar com a reservas materiais das populações. A eficiencia das populações, entretanto, está condicionada, naturalmente, à sua saúde, ao seu trabalho, à variedade de sua produção, à sua riqueza enfim, tudo isso dependendo da fixação do homem, preso a terra pelo vinculo econômico da pequena propriedade. Não ha defesa eficaz sem ponto de apôio. Esse ponto de apôio seria a fixidez da população, a qual, todos sabem, é tanto maior quanto maior fôr o patrimonio acumulado sobre o lugar, quanto maiores fôres os melhoramentos realizados e as relações formadas.

A RESISTÊNCIA EM FUNÇÃO DA RIQUEZA DO POVO

Em poucas palavras: tanto maior será a resistência quanto maior fôr a estabilidade da população multiplicada em eficiência pelo seu trabalho e pela abundancia e variedade de sua produção. Esse principio de La BLACHE é axiomático. Contrariá-lo é nadar ao arrepio da correnteza. Seria negar a evidência dos fatos. Ora, a presença da Mate Laranja na fronteira, como arrendatária de grandes áreas, torna praticamente impossível a distribuição das terras em pequenas propriedades, impedindo, por essa forma, a fixação do homem, o enraizamento do camponês com a consequente fundação da fazenda, a criação do lar, melhoria das condições de vida, identificação maior com a terra, e, por isso, maior e mais eficiente resistência contra todas as incursões. A população fronteiriça é flutuante. Carece de terra. Vive, em grande parte, nos galpões das estancias, em ranchos, no seio dos hervais, em carretas, ao longo das estradas, sob o pala, no lombo do cavalo, parando em todas as canchas, caçando venturas, sem trabalho, inquieta, improdutivo, no ar, dir-se-ia melhor, sem destino e sem tétó. Suas possibilidades econômicas e politicas são nulas. Falta-lhe o essencial. Impossível, em virtude de tais deficiências, contar-se com sua ação, quer no sentido da construção econômica, quer do ponto de vista da segurança nacional. Assim, a renovação dos arrendamentos, tirando à massa de 40 mil pessoas a possibilidade de acesso à pequena propriedade, joga-a inevitavelmente, nos braços de todos os imprevistos e priva-a de forças de que a Nação se poderia socorrer para a sua defesa. A vinculação do camponês à terra pela pequena propriedade estenderia uma rede de malhas consistentes sobre a fronteira, impedindo, sinão dificultando a penetração pelas estradas que desembocam nos municipios de Ponta Poran, Bela Vista e Porto Murinho. Ter-se-ia, assim pelo fatôr econômico, a coexistência no mesmo individuo do camponês e do soldado para a defesa do nosso território.

Soldava-os, ou, antes, fundia-os com a vantagem de dar ao camponês uma noção objetiva, real, concreta, de suas lutas, de seus sofrimentos e de suas canceiras. Impunha-lhe, implicitamente, o dever da defesa do território pela obrigação imediata de defender o que é seu, o seu chão, onde fincou a estaca de seu rancho e construiu o seu bem estar. O patriota apontaria, assim, consciente, no **homo economicus**. O cidadão com todos os seus deveres e direitos no homem com todos os imperativos de sua condição humana. Sobre essa base assentaram outros países a sua ação política com objetivos colimados de prosperidade e segurança.

O EXEMPLO DOS ESTADOS UNIDOS

Lembro a V.V. Excias. que foi com as populações de fronteira que os Estados Unidos conquistaram todo o sudoeste. Nelas se fortaleceram para as lutas que colimaram com a incorporação do Texas, Arizona, Novo Mexico e California. A isso, entretanto, precedeu uma sábia política agrária em cujas vertentes, nas primeiras décadas do século passado, têm os americanos do norte raízes do espantoso desenvolvimento de sua agricultura. A democracia Jeffersoniana abriu as portas do Oeste à Humanidade. A política de Jefferson fez tanto pelo Oeste quanto Hamilton fez pela plutocracia americana e teria continuado a fazer pelos industriais e comerciantes do Nordeste se uma bala de Aaron Burr não lhe tivesse tirado a vida. As raízes de sua atividade partidária desciam aos pobres, incentivando-os à conquista da terra, e fazendo, particularmente, do pequeno proprietário, o fundamento de sua ação pública. Foi, não há dúvida, uma inovação nas diretrizes políticas americanas. Os Estados Unidos tinham saído, anos antes, da Convenção de Filadelfia com uma doutrina constitucional de extraordinária plasticidade, muito embora na sua execução, os seus exegetas refletissem, de preferência, os interesses de sus autores, grandes proprietários, advogados ricos e banqueiros, quasi esquecendo os interesses anônimos do povo. Foi Jefferson que começou

utilizar, pela prosperidade das populações rurais, a substancia democratica da constituição americana. Foi o seu governo que se transpoz o Mississipe, chegou-se ao vale do Missouri, alcançou Santa Fé e os pioneiros puzeram o pé nas estradas que levariam, anos depois, a California e ao Sul. E' o surto colonizador do Oeste com o incremento da cultura do algodão e da cana de ssucar, o desabrochar das industrias textis e a construção de estradas e canais, estruturando, na esfera politica, o "good feeling", uma era de concordia e harmonia em cujos ventos bonancosos velejaram os governos seguintes de Madison e Monroe. Foi essa politica, em 5 anos ininterruptos de desbravamento e expansão, afastando as fronteiras, que povoou o "hinterland", incentivou o pioneiro, empurrando-o para a frente, em todos os rumos, enriqueceu o camponês estabilizando-o trouxe, em 1830, com Jackson, ao Governo da União, um representante legitimo da economia e das ambições do Oeste. Nas energias fronteiriças iria, mais tarde, o governo americano buscar recursos para grandes lutas e conquistas. Para isso, entretanto, foi preciso que o geio politico de Jefferson, quasi 50 anos antes, preparasse, sem armas, mas racionalmene, as condições de vida e segurança necessarias a tais realizações. A densidade da pequena propriedade era tal que em 1861 só havia um latifundio na zona fronteiriça do sudoeste. Sem o apôio econômico, pela fixidês das populações, e pela consequente riqueza, não ha, contra coisa alguma, defesa e segurança possiveis. O exemplo ilustra o axioma de La Blache.

O ESCANDALO DA PROROGAÇÃO

Assim sendo, não ha como justificar, em face da segurança nacional, já não dizemos das miseráveis condições de vida da população de Ponta Poran, a renovação, nos dias que correm, dos arrendamentos da Mate Laranjeira. Já o número de hectares de que essa empresa é proprietária naquele municipio é um obstáculo perissimo à sua prosperidade. São 300 mil hectares

somando diversas fazendas e hervaís. Acrescentar a essa nova área a área maior de 1.440.000 hectares de seus particularmente de Ponta Poran, dá uma idéia do que seja a vida de seu povo. O sul de Mato Grosso tem uma particularmente de Ponta Poran, dá uma ideia do que seja a vida de seu povo. O sul de Mato Grosso tem uma população de 250 mil almas. Não tem talvez 2.500 proprietários de terras. Isso porque todas as suas terras aproveitáveis, pastais, lavradas e de industria extrativa, estão repartidas entre alguns fazendeiros e meia duzia de companhias estrangeiras, somando, somente estas, milhões de hectares. Os que possuem terras não chegam possivelmente a 1% da população. Tendo cada fazendeiro consigo uma média de 4 pessoas (mulher e filhos) segue-se daí que 10 mil estão radicados ao sólo, fixas, muito embora verdadeiramente ilhadas, uma vez que estão comprimidas dentro dos élos formados pelas empresas latifundiárias.

AS EMPRESAS LATIFUNDIÁRIA

Senão vejamos:

	hectares
Brazil Land Cattle Packing Company é proprietária no município de S. Luiz de Cáceres (Fronteira) de	881.053
No município de Corumbá (Fronteira)	1.000.000
No município de Três Lagôas, de	800.000
No município de Campo Grande, de	200.000
The Brazilian Meat Company é proprietária no município de Três Lagôas, de	311.010
Município de Aquidauana, de	5.000
Fomento Argentino Sul-Americano: Município de Porto Murtinho (Fronteira)	726.077
Fazenda Francêsa:	
Município de Miranda	242.456
Município de Corumbá (Fronteira)	172.352
The Miranda Estancia Company: Município de Miranda	219.506

The Agua Limpa Syndicate:	
Municipio de Tres Lagôas	180.000
Sun American Belge S. A.:	
Municipio de Corumbá (Fronteira)	177.000
Sociedade Anonima Rio Branco:	
Municipio de Corumbá (Fronteira)	549.159
Empreza Mate Laranjeira:	
Municipio de Bela Vista (Fronteira)	170.000
Municipio de Ponta Poran (Fronteira) . .	300.000
Municipio de Porto Murtinho (Fronteira) .	21.600
<hr/>	
Soma	5.865.273
A'rea arrendada, em Ponta Poran, à Mate	
Laranjeira	1.440.000
<hr/>	
Total	7.305.273

Isso quanto ao sul de Mato Grosso, inclusive o municipio de Ponta Poran. Quanto a este, particularmente, a percentagem é muito inferior a 1%. Ponta Poran tem 40 mil habitantes. Sua superficie são 50 mil quilometros quadrados. Não chega a ter 200 proprietários de terras. Isso significa 0,5% de seus habitantes.

MULTIDÃO DE PÁRIAS

O resto é uma multidão de párias, agregados, herivateiros, peões, assalariados da Mate Laranjeira a 3\$000 por dia, todos miseráveis, doentes, sub-alimentados, desamparados de quaisquer assistencias, entregues à propria sorte, rolando, como pedintes, de senhor em senhor, até que as fôrças lhes faltem e caiam vencidos, ou que o desespero os galvanise e os reanime para a rebelião ou para o bandoleirismo. Como, pois com essa gente, assim tão pobre, e nessa região, tão falha de recursos de toda a ordem, é possível pensar-se seriamente em segurança nacional, senão rehabilitando o camponês, dando-lhe oportunidade e meios de trabalhar e produzir, identificando-o com a terra pelo acesso à propriedade que é a sua raiz, e o seu ponto de apoio e

lhe dará com a tranquilidade e o bem estar, um novo sentido da vida e uma consciência que agora lhe falta, de deveres e direitos em que se fortalecerá o Brasil para a sua defesa? E' indispensável associar a segurança da fronteira á prosperidade de suas populações. Onde não há meios materiais de ação ou reação, não ha possibilidade sequer de defesa nem vislumbre de segurança. Não é em alguns velhos canhões e carabinas descalibradas, que se pode apoiar, tranquila, a fronteira meridional de Mato Grosso. A sua única defesa eficiente é a sua pujança econômica. E' a sua riqueza que lhe dará estradas, que retificará os seus rios, que a incorporará aos grandes centros industriais e de consumo.

A SOLUÇÃO JUSTA

O caminho para isso é de começo a fixação do homem pela propriedade da terra, transformando-o numa força que o Estado captará para a sua defesa. Os hectares ainda hoje arrendados à Mate, sobre a fronteira, devem ser vendidos em pequenos lotes ao povo. Em todos os países do mundo, neste momento, os governos, em sua própria defesa e pelo bem estar do povo, imaginam, traçam, executam reformas agrárias com base na pequena propriedade. No Estado de Iowa, as "mammoth farms" foram divididas em lotes de 50 a 100 hectares, aumentando de 100 % a sua produção. A grande propriedade se dilue ou se coletiviza adotando a exploração intensiva. Cito o caso americano dada a grande paridade territorial conosco. Os pequenos países da Europa, especialmente a Dinamarca, localizam nos campos os excedentes de sua população urbana, invertendo no aproveitamento da terra quantias extraordinárias. Nós, porém, neste particular, temos legislado e agido ao arrepio de nossas necessidades.

ESQUECENDO A CONSTITUIÇÃO

Os beneficios criados, a esse respeito, pela Constituição, embora minimos, não foram sequer regulamentados, quanto mais executados.

“A fixação do homem no campo” é, hoje, um imperativo constitucional. “A organização de colônias agrícolas”, outro. O “aproveitamento do trabalhador nacional na colonização das terras públicas, trazendo-o de zonas empobrecidas”, mais outro. A existência dos “sem trabalho” é a Constituição que a proclama. Deu-lhe registro civil. A sua certidão de nascimento é o parágrafo 5 do artigo 121. (1) O que a lei fez aqui foi refletir uma dolorosa realidade. Consagrou-a. O “sem trabalho rural” vive uma existência nômade, de fazenda em fazenda, alugando-se às vezes pela comida, ou antes, por um pedaço de churrasco e um punhado de farinha. Esse pária, num país como o Brasil, em que só um milhão e setecentos mil quilômetros quadrados são precariamente agricultados, é um índice vivo de nosso primitivismo e da nossa absoluta desorganização.

DENTRO DA FAIXA DE CEM QUILOMETROS

Todas as terras da Mate, tanto as arrendadas como as de sua propriedade, estão dentro da faixa de cem quilômetros ao longo da fronteira. A Constituição, quanto às terras públicas, em zona fronteiriça, é taxativa, subordinado a sua alienação, seja qual seja o número de hectares, à aprovação do Poder Legislativo. Assim sendo, nenhuma alienação ou concessão nessa zona poderá ser feita sem audiência e aprovação do Conselho Superior de Segurança Nacional e do Parlamento. Aliás, quanto às terras fronteiriças, a nossa Constituinte adotou com restrições o espírito da Constituição Mexicana, muito embora tenha copiado literalmente alguns de seus dizeres: “En una faja de cien kilometros a lo largo de las fronteras y de cincuenta en las playas, por ningun motivo podrán los extranjerios adquirir el dominio sobre tierras y aguas”. (Artigo 27 n.º I). Essa providência do constituinte mexicano se inspira na sua longa experiência de lutas rudes e sangrentas em defesa de seu território. O que é preciso resaltar é que toda a legis-

(1) Constituição de 16 de Julho de 1934 (Nota da Red.).

lação agrária meximana, de 1915 para cá (lei Carranza), assenta na pequena propriedade e exclue o estrangeiro do direito de adquirir a terra, mesmo distante da zona fronteira, senão em casos especialíssimos. As desapropriações, no Mexico, de grandes áreas cultivadas por empresas estrangeiras, são comuns, atingindo já a vinte milhões de hectares a área distribuida, em pequenos lotes, com o povo. O que é evidente, o que é sabido e resabido é que tanto o Mexico como os Estados Unidos defendem a fronteira, principalmente a fixidez e a riqueza de suas populações. O Paraguai recemsaído da sangueira do Chaco, acaba de adotar a mesma orientação, distribuindo terras, no Norte, com dezenas de milhares de famílias. Começou assim, a executar a sua reforma agrária com base no patrimônio familiar. Nós, porém, é que descuramos esse aspecto substancial de nossa segurança, permitindo que companhias estrangeiras ocupem milhões de hectares nas nossas fronteiras. E' um erro que, mais dias, menos dias, nos custará caro.

RESUMINDO:

a) impõe-se a não renovação dos arerndamentos da Mate Laranjeira, (2) feitos, respectivamente, em 1926, 1928 e 1929, abrangendo uma área de 1.440.000 hectares, em vigór até 31 de Dezembro de 1937;

b) a desapropriação das terras pertencentes às companhias estrangeiras situadas "em região de fronteira";

c) regulamentação e execução imediata do artigo 121 da Constituição, paragrafos 4 e 5, sem perder de vista as condições particularissimas de cada região, população e produção;

d) abrir, por essa forma, as portas do Sul de Mato Grosso, aos nossos patricios de outras regiões menos favorecidas.

(2) Bem como a dos demais contratos realizados com as outras empresas latifundiárias localizadas nas zonas lideiras, cujo claro objetivo é transformar a nossa pátria em uma nova China concessionária e por isso mesmo esbugalhada pela solerte cobiça internacional. (Nota da Red.).

Não me anima outro intuito senão esclarecer quem, pelas suas funções pode defender o trabalhador rural, servindo, assim, ao Brasil.

Auto de Fé

Pelo Ten. OBINO ALVARES

Escrevo para ti, tenente, que de sol a sol mourejas nesta nossa vida trabalhosa de instrutor.

Dirijo-me a ti porque sei que tens um colega que é um tanto descansado, mas não acredita em nada.

Naturalmente, tu já meditaste numa porção de assuntos, desde o melhor modo de encaixar a noção de pátria na cabeça do teu recruta, até à finalidade da nossa pequena vida de microbio em face da suprema grandesa do Cosmos.

Chegaste à conclusão que vivemos para um mundo melhor, espiritual, cheio de alegria e fé, um mundo de conhecimento e consciência.

Já te deste conta da finalidade de educador quando no fim do teu curso na nossa Escola.

És responsável consciente pela segurança da nossa Pátria, quando vês todos os dias aquele moleque bronco, incapaz de desmontar sua A. A., marchar garboso de mosquetão ao ombro.

Ele é o soldado-simbolo.

No entanto vês perto de ti, ao teu lado, o colega que guarda um sorriso de ironia para o que ele chama em ti "animação", para o teu trabalho esforçado e honesto, para o cumprimento do teu dever.

Geralmente, este pica-fumo, para falar na nossa giria verde-oliva, discute téses de filosofia no Casino, joga matematicamente o seu xadrez, está ao par do que chama "a evolução da ideia universal", é materialista, está muito bem acomodado na vida

que passa e não crê em nada melhor. Tu, que sentes a alegria íntima de um dia ocupado, trabalhoso, que sentes a vida passando a teu lado em velocidade vertiginosa, és muitas vezes o confiante desse asno que está caceteado, trocando pernas, sem saber o que fazer enquanto não discute cousas transcendentais.

Presta, agora, atenção aos conselhos que eu consegui reunir e perfilar, partidos da boca do pessoal experiente, do capitão, do major, do coronel, que são os responsáveis pela instrução e educação do soldado.

Antes — toma cuidado — esse filósofo negativo, destruidor e iconoclasta, é um egocêntrico. Não lhe fales com superioridade mental.

Procura-o.

Procura filtrar no seu espirito, a tua fé na nossa carreira, o teu contentamento íntimo, tua auto-suficiência, para que êle compare mentalmente a tua e a sua vida e veja como desperdiça ao redor da densa "matéria" a vida do seu espirito.

Tens o dever de sugerir-lhe, tudo isso, assim.

Vai, porque quasi todos os tenentes raciocinam...

Portaria N.º 67-A de 31 de Março de 1938

O ministro de Estado da Guerra, em nome do Sr. Presidente da República, resolve aprovar as Instruções que com esta baixam para o funcionamento dos diversos órgãos creados pelo decreto-lei n. 279 de 16 de fevereiro de 1938, a que se refere o parágrafo único do artigo 17 do mesmo decreto-lei.

Rio de Janeiro, 31 de março de 1938. — General **Eurico G. Dutra.**

INSTRUÇÕES REGULADORAS DO FUNCIONAMENTO DOS DIVERSOS ÓRGÃOS CRIADOS PELA LEI DE ORGANIZAÇÃO DO MINISTERIO DA GUERRA

I — A remodelação da Administração Central do Exército, decorrente da Lei de Organização do Ministério da Guerra, reali-

zar-se-á em duas fases: a primeira, fase transitória, iniciar-se-á a 1 de maio corrente; a segunda fase definitiva da integral aplicação da lei, a 1 de janeiro de 1939.

II — Na fase transitória deverá observar-se o seguinte:

a) O Departamento do Pessoal do Exército é transformado em Diretoria Provisória das Armas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia, com a competência de dirigir o pessoal, administrar o material, gerir os créditos e regular todas as questões relativas a essas armas, exceto as referentes à instrução da tropa e ensino nas Escolas, que continuarão como até agora, a cargo respectivamente do Estado Maior do Exército e da Inspeção do Ensino;

b) as atuais Diretorias de Engenharia e Aviação (transformada esta em Diretoria de Aeronáutica) subsistirão com as suas atribuições no tocante às respectivas armas assim definidas: esta com a competência total fixada no artigo 9.º da Lei de Organização do Ministério da Guerra; aquela nas mesmas condições estabelecidas para a Diretoria Provisória das Armas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia;

c) as atuais Diretorias de Intendência e Saúde serão conservadas com as atribuições análogas às da Diretoria de Engenharia;

d) a Diretoria do Serviço Militar e da Reserva passa a denominar-se Diretoria de Recrutamento, a que ficam subordinados o Serviço de Identificação do Exército, e o Asilo de Invalidos da Pátria;

e) são mantidas, sem alteração, as atuais Diretorias de Fundos e de Material Bélico;

f) fica extinta a atual Inspeção de Artilharia de Costa e transformada em Sub-Diretoria de Artilharia de Costa, diretamente subordinada à Diretoria Provisória das Armas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia;

g) o inspetor do Ensino do Exército, além das funções que lhe são privativas (atr. 13 da lei), desempenhará as de diretor de Arma ou Serviço nos estabelecimentos de ensino do Exército, excetuadas a Escola de Estado Maior e a Escola de Aviação Militar;

h) os atuais inspetores de Grupo de Regiões, que terão a denominação de inspetores gerais de Grupo de Regiões, além das funções definidas no artigo 11 da lei, exercerão, no âmbito da sua jurisdição territorial, as funções de inspetores de Armas ou de Serviços que ainda não tenham sido creadores;

i) são creadas as Inspetorias dos Serviços de Intendência e de Saúde, respetivamente a cargo dos generais dêsses Serviços, com a competência definida no artigo 12 da lei;

j) os inspetores gerais serão generais de divisão; os directores de Armas e o do Serviço de Material Bélico, generais de brigada, os directores dos demais Serviços, coronéis;

k) o exercício das funções de inspetor ou de director implica na precedência sôbre oficiais de igual pôsto;

l) são mantidos, sem alteração, o gabinete e a Secretaria do ministro e o Estado Maior do Exército e órgãos que lhes são subordinados;

m) fica extinta a Inspetoria Especial de Fronteiras, cujas atribuições passam para a alçada dos comandantes de Regiões, nos limites das suas jurisdições territoriais;

n) as Diretorias de Armas e Serviços que dispõem de quadros privativos terão no tocante ao respetivo pessoal as mesmas atribuições até agora conferidas ao Departamento do Pessoal do Exército. Quanto ao material, cabe-lhes, além dos estudos sôbre a sua técnica, modificações nela sobrevindas, zelar no sentido de que os corpos ou estabelecimentos da arma ou serviço estejam providos de tudo que lhes competir, dentro do plano elaborado pelo Estado Maior do Exército, entrando, para isso, em entendimento com as Diretorias provedoras;

o) o provimento de toda a especie de material aos corpos e estabelecimentos continuará a ser feito directamente como se vinha procedendo, devendo, porém, a unidade dar conhecimento à Diretoria interessada de todas as alterações a êsse respeito occorridas;

p) são mantidos, com as atribuições atuais os órgãos ou comissões que não forem expressamente referidas nas presentes instruções;

q) ficarão a cargo da Diretoria Provisória de Infantaria, Cavalaria e Artilharia a publicação do Boletim do Exército e a organização do Almanaque do pessoal.

III — A 1 de janeiro de 1939 iniciar-se-á a fase definitiva de integral aplicação da Lei de Organização.

Para rever a regulamentação dos órgãos existentes e elaborar a dos novos órgãos, obedecer-se-á às seguintes normas nos trabalhos que devem estar ultimados até 30 de setembro próximo:

a) a Diretoria Provisória das Armas de Infantaria, Cavalaria

e Artilharia organizará os regulamentos das Diretorias de cada uma dessas armas, que passarão a ter existência autônoma na conformidade do artigo 10.º;

b) as demais Diretorias existentes na fase de transição incumbir-se-ão da revisão dos regulamentos que lhes dizem respeito, exceto a Diretoria de Fundos cujo regulamento não sofre alteração;

c) o Estado Maior elaborará os regulamentos das Diretorias de Transporte e Moto-mecanização, Inspetoria de Administração e Finanças, Inspetorias de Armas e Serviços, e procederá à revisão do seu atual regulamento para adaptá-lo integralmente à Lei de Organização do Ministério da Guerra;

d) o inspetor geral do Terceiro Grupo de Regiões apresentará o Estado Maior do Exército o projeto de regulamento sôbre o funcionamento e organização das Inspetorias Gerais;

e) o Gabinete do Ministério da Guerra elaborará o seu regulamento, o da Chefia dos Serviços Auxiliares, e o da Secretaria Geral, de que ficará dependente o Arquivo do Exército.

IV — Para efeitos de regulamentação, as Diretorias podem ser classificadas nos seguintes tipos padrões, resultantes da analogia dos encargos:

Tipo A —

Infantaria, Cavalaria e Artilharia (armas sem serviços privativos);

Tipo B —

Engenharia e Aeronáutica (armas e serviços privativos);

Tipo C —

Saúde, Intendência e Remonta e Veteriária (serviços provedores com quadros privativos por êles dirigidos);

Tipo D —

Transporte moto-mecanização (serviços provedores sem quadros privativos);

Tipo E —

Material Bélico (serviço provedor que pela sua natureza especial não entra, para efeito de regulamentação no tipo D);

Tipo F —

Recrutamento e Fundos (tipos especiais).

V — As Diretorias correspondentes a êsses tipos padrões devem ser assim organizados:

A) — (Infantaria, Cavalaria e Artilharia).

Diretor — General de Brigada, em princípio originário da arma.

Compreende um gabinete e três divisões.

Gabinete — Chefe tenente coronel (Expediente, Portaria, Pagadoria e Almojarifado).

1.^a Divisão — Pessoal — Chefe tenente coronel.

Desdobrada em duas secções com as atribuições do atual D. P. E. nas partes referentes respectivamente à D 1 e à D 2, exceto no concernente às questões dos generais, da alçada do Gabinete do Ministério.

2.^a Divisão — Organização e mobilização — Chefe tenente-coronel do Q. O. E. M.

Desdobramento em duas secções tendo a seu cargo respectivamente as questões da organização e mobilização, compreendendo-se na primeira tudo o que diz respeito ao material, à sua técnica e ao seu provimento às unidades da arma.

Chefes de Secção — Majores do Q. O. E. M..

3.^a Divisão — Chefe tenente coronel ou major do Q. O. E. M. — Instrução (técnica e tática, regulamentos, relações com as Escolas da arma).

A Sub-Diretoria de Artilharia de Costa diretamente subordinada à Diretoria de Artilharia, e sob a chefia de um coronel da arma, assim se organiza:

Gabinete — Expediente e pessoal.

1.^a Secção — Organização e mobilização.

2.^a Secção — Instrução.

Tipo B — (Engenharia e Aeronáutica).

Além das três Divisões com atribuições análogas à do tipo A, a Diretoria de Engenharia terá mais duas Divisões, uma delas para tratar de serviços privativos, inclusive o de tombamento, a outra Divisão com as atribuições do Serviço Telegráfico do Exército, constituindo a Sub-Diretoria do Serviço de Transmissões do Exército.

A Diretoria de Aeronáutica, terá além das três Divisões do tipo A, mais uma destinada ao trato dos serviços privativos.

Tipo C — (Saúde, Intendência e Remonta e Veterinaria).

As Diretorias de Saúde e Intendência introduzirão nos respectivos regulamentos as modificações decorrentes das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 9.^o e seus parágrafos da Lei de Organização do Ministério da Guerra.

A Diretoria de Remonta e Veterinária, sob a chefia de um coronel de Cavalaria, terá a seguinte organização:

Gabinete e duas Divisões, uma destas dirigida por um tenente coronel de Cavalaria, tratará dos assuntos óra da alçada da Diretoria de Remonta, a outra constituindo a Sub-Diretoria de Veterinária sob a chefia de um tenente-coronel veterinário, tratará das questões concernentes ao serviço veterinário, com a competência de direção desses serviços sob o tríplice aspecto — pessoal, material e instrução.

Cada uma dessas divisões compreenderá um número de secções, dependente da natureza dos assuntos a tratar, *ex-vi* do preceituado para as Diretorias do tipo A.

Típos E e F — (Material Bélico, Recrutamento e Fundos).

Conservar os atuais regulamentos nêles introduzindo as modificações decorrentes da nova lei.

VI — Os inspetores gerais, os inspetores de armas e o inspetor de Administração e Finanças serão gerais de divisão; o secretário geral, os inspetores de Recrutamento e do Ensino, os diretores de Armas e o do Serviço de Material Bélico, gerais de brigada; os inspetores dos Serviços de Saúde e Intendência, respectivamente a cada um dos gerais desses serviços; as Diretorias dos demais serviços ficarão a cargo de coronéis.

VII — As Diretorias de Armas e Serviços são órgãos de execução das decisões do ministro, que as transmite, diretamente, ou por intermédio dos grandes órgãos que as preparam: o Estado Maior do Exército, quanto aos aspectos técnicos da preparação para a guerra; a Secretaria Geral da Guerra em tudo que interessa à administração e finanças.

As Diretorias exercem sua ação:

— diretamente sobre os corpos e estabelecimentos da arma ou serviço da imediata dependência do ministro;

— indiretamente, por intermédio dos comandantes de Região, nos demais casos (§ 2.º do artigo 9.º da lei de Organização do Ministério da Guerra).

Como executoras do plano elaborado pelo Estado Maior do Exército (artigo 9.º) as Diretorias agem sempre por delegação da autoridade do Sr. ministro, embora o façam mediante a forma definida no parágrafo acima citado.

Para solução de qualquer caso não previsto e que depende da decisão do ministro, as Diretorias enviam a documentação corres-

pondente, por intermédio do Estado Maior do Exército ou da Secretaria Geral, conforme a natureza do assunto, sem embargo do entendimento dirêto que poderão ter com o ministro.

As questões de movimento de pessoal, dependentes da decisão do ministro ou do Chefe do Governo, são encaminhadas por intermédio da Secretaria Geral da Guerra.

Cada Diretoria de Arma ou de Serviço, na preparação dos respectivos encargos de organização e mobilização, entra em entendimento com as Diretorias provedoras, no sentido de acelerar o completo equipamento da arma ou serviço.

VIII — As escolas que ministram cursos de uma só arma ou serviço ficam na dependência da Diretoria da Arma ou Serviço correspondente.

Os Colégios Militares, a Escola de Educação Física, o Instituto Geográfico, a Escola Técnica, a Escola Militar e a Escola das Armas, ficam sob a direção da Inspeção do Ensino que entrará em entendimento com as Diretorias das Armas, afim de ser mantida a necessária uniformidade no ensino de cada uma delas.

IX — Fica extinta a Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, cujas atribuições passam para a alçada do secretário geral e do inspetor de Administração e Finanças, respectivamente.

A Vocação Militar

Pelo Cadete de Art. OTÁVIO ALVES VELHO

A vocação militar é a força que leva um indivíduo a abraçar a carreira das armas, pela afinidade que tem seu carácter pessoal com a maneira pela qual se desenvolve a vida no Exército. É uma força propulsora que, atuando como reserva de energia, ajuda o militar a caminhar sempre em frente, comunica-lhe entusiasmo para triunfar, dá-lhe otimismo para vencer o desalento e fé para abrir caminho e atingir os mais elevados postos pelo cumprimento fiel de suas obrigações.

Para que a vocação militar seja legítima, num oficial, é necessário que êle seja dotado de qualidades naturais que o identifiquem com os nobres e elevados fins de sua missão. Não basta a vontade para legitimar a vocação. Pois ela não póde criar certos requisitos, sobretudo de ordem moral, que evitam o fracasso na carreira. Também não basta ter inclinação instintiva para servir no Exército. É preciso conhecer tão profundamente quanto possível, alguns dos traços marcantes da profissão que se vai abraçar, afim de evitar possíveis equívocos e precipitações. Para garantir a seleção moral e vocacional dos futuros Oficiais, julgamos que seria ideal a sua permanência nos corpos de tropa por um período de seis ou mais meses, embora fazendo o serviço comum, teriam asseguradas suas horas de estudo, e os que fossem julgados aptos seriam apresentados à Escola Militar para serem submetidos às provas regulamentares.

* * *

A juventude costuma julgar a carreira militar pelo que habitualmente vê, que é precisamente o lado mais superficial e menos transcendente, tal como a pompa ruidosa das paradas e desfiles e o atrativo próprio dos uniformes. O moço fica com o espírito inflamado ante a arrogância marcial das tropas, o brilho metálico das armas, o estrondo das salvas, o rufar dos tambôres, a vibração dos clarins e o tremular das bandeiras, sentindo uma excitação muito natural na sua idade e que êle errôneamente traduz por vocação para a caserna.

Si tomar uma decisão de ingressar nas fileiras, viverá assim nesta ilusão até que as circunstâncias do serviço ou da guerra o ponham ante a realidade, muito diferente, frequentemente, do que aquilo com que até então sonhára. Só aí é

quando méde as responsabilidades que essa carreira acarreta, os sacrifícios por ela impostos, os sofrimentos por que se passa e a firmeza de caracter requerida para se mostrar sempre superior nos momentos advérsos.

Entretanto, há um meio com que se pôde suprir, embóra em pequena proporção, a insuficiência natural. Consiste em agir com uma sinceridade a toda prova no cumprimento do dever, seja pela retidão do caracter, seja pelo estudo, pelo trabalho e pela dedicação no desempenho de suas funções. E é de notar que tão honesta intenção de pôr-se à altura de sua tarefa, já é um motivo de realce das qualidades morais do indivíduo.

Só quando possui realmente a vocação pôde o militar estar preparado para os dois aspectos de sua função — obedecer a seus superiores e comandar seus subordinados — e para cumprir o mais essencial de seus deveres profissionais, isto é aperfeiçoar sua própria fisionomia moral e trabalhar o espírito de sua tropa. Essa vocação é que o anima a agir leal e tenazmente, a entregar-se de corpo e alma à sua patriótica missão e a colocar-se à altura das responsabilidades contraídas consigo mesmo e com a Nação. E' ela também que lhe infunde a consciência de seus sagrados deveres que — cumpridos — lhe permitem andar de cabeça aprumada, sem que ninguem lhe possa negar sua condição de proleto da grandeza nacional.

Si, pelo contrário, êle não leva em sua alma amor e devotamento à carreira, o Dever não constitui para si um ideal na vida. Limita-se a vestir o uniforme e a assegurar sua autoridade sôbre a trôpa, não por meio da superioridade moral e intelectual, mas pela simples força de suas insignias e pelo seu poder coercitivo. As sadias atividades que definem o bom oficial, encontram-no sempre remisso ou indolente, cristalizando sua pouca atividade em uma rotinha que anula

totalmente sua personalidade. Com algum esforço poderá vir a ser, desde que não lhe falte a capacidade intelectual, um bom profissional, um corrêto funcionário: jamais, será, porém, um militar.

E' que a força íntima da vocação militar é a única que produz o otimismo, o entusiasmo e a alegria, em que se baseia toda a obra moral do Oficial.

O otimismo comunica-lhe forças para lutar e fé para vencer. O entusiasmo dá-lhe audácia para empreender as ações mais brilhantes e tomar as mais desassombradas atitudes. A alegria fá-lo esquecer as rudezas da vida e fornece-lhe incessantemente novo alento para ir em busca da vitória.

A DESORDEM

Quem se detiver na observação da história brasileira, verificará que não nos faltam elementos de agitação, fatores subversivos. Temo-los até de mais. O que nem sempre encontramos são os elementos construtivos, os que **estudam** e **trabalham**, os que produzem e cooperam para a riqueza nacional, ou para a elevação de nossa cultura. Em todo o universo, são esses últimos elementos os que valorizam as colêtividades e elevam as nações; nem um país cresceu ou se fortificou, pelo trabalho dos agitadores, mesmo porque, quando estes conseguem tornar vitoriosas as revoluções, a primeira necessidade da situação triunfante é, como dizia Nabuco, a eliminação dos audaciosos, indispensáveis no período de luta e nocivos na fase de construção e de ordem.

Infelizmente, no Brasil, temos um número exagerado de agitadores. Mercê dessa quantidade de promotores de desordens, o país interrompe frequentemente a sua marcha, para resolver os surtos de anarquia e de perturbação por êles promovidos. Não ha admirar, pois, que o Brasil demore tanto a solucionar os seus problemas. Deve esse atrazo nocivo às ambições incontidas e de insensatez perigosa".

LIVROS À VENDA

	Preço	Taxa e registro
Impressão de Estagio no exercito francês — Ten.-Cel. J. B. Mag.	2\$000	\$500
Instrução de Transmissões — Major Lima Figueirêdo	10\$000	1\$000
Legiões Aladas — Italo Balbo	15\$000	1\$000
Morteiros — Cap. Guttenberg Ayres de Miranda	9\$000	1\$000
Manobras de Nioac — Gen. Bertoldo Klinger	4\$000	\$500
Manual de Hipologia	9\$000	\$500
Manual Colombifilo — Dr. Freitas Lima	8\$000	\$500
Noticias da Guerra Mundial — Gen. Corrêa do Lago	8\$000	1\$000
Noções de Topologia — Ten.-Cel. Artur Paulino	5\$000	\$500
Notas de Estudos s os novos Regulamentos — M. Mario Travassos	5\$000	\$500
O Funcionamento dos Serviços no Ambito do R. I. — Cap. Mattos	4\$500	\$500
O Oficial de Cavalaria - Cel. V. Benicio da Silva	10\$000	1\$000
Oeste Paranaense — Major Lima Figueirêdo	8\$000	\$500
O Surto do Japão — Maj. Nicanor G. de Souza	1\$500	\$500
O Tiro de Art. de Costa — Cap. Ary Silveira	4\$000	\$500
O Regulamento do sorteio militar — Cel. Gentil Falcão	5\$000	\$500
Os pombos correio e a Defesa Nacional — Dr. Freitas Lima	3\$000	\$500
O Duque de Caxias -- Cap. Orlando Rangel Sob.	2\$000	\$500
Provas de admissão á Escola de Estado Maior	1\$500	\$500
Pelos Heroes de Laguna e Dourados — Cap. Cad. Amilcar S. dos Santos	4\$000	\$500
Pasta para archivo das folhas de alterações	4\$500	\$500
Regulamento de Ed. Fisica — 1. ^a parte	10\$000	1\$000
Regulamento de Ed. Fisica — 3. ^a parte	10\$000	1\$000
Regulamento de Administração (n.º 3) — Ten. Aristarco G. Siqueira	7\$000	\$500
Tiro e Emprego do Armamento da Infantaria — Cap. Panel	18\$000	1\$000
R. E. C. I. — 1. ^a parte	4\$000	\$500
R. T. A. P. — 1. ^a parte	4\$000	\$500
R. T. A. P. — 2. ^a parte	2\$000	\$500
R. S. C. n.º 19	6\$000	\$500
Signalização a braços e ótica — Major Lima Figueirêdo	2\$000	\$500
Telemetria — Cap. Joaquim Gomes da Silva	20\$000	1\$000
Vencimentos Militares	10\$000	1\$000
Problema Tático — Ten.-Cel. Araripe	8\$000	1\$000
Manual do Sapador Mineiro -- Maj. B. Galhardo	15\$000	1\$000

Para aquisição de livros da presente tabela, pelo correio, é necessario que além da importancia relativa a cada exemplar seja tambem remetida a taxa correspondente a cada volume a ser enviado.

Para a aquisição de regulamentos publicados pelo Ministerio da Guerra, á venda do Departamento Central no Quartel General além do custo do regulamento deverá ser remetida a taxa de \$500 por exemplar; e quanto aos livros estrangeiros e outros adquiridos na praça para remessa, além do custo de cada, deverá ser enviado 1\$000 para cada exemplar.